

IDEIAS DE PESQUISA

“Refugiados em Portugal”

UC Métodos e Técnicas de Investigação em Ciências Sociais
em Serviço Social

Licenciatura

ISCTE-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Coordenação
Marta Entradas
Maria João Lima
Gabriel Cipriano

Ideias de Pesquisa

Licenciatura em Serviço Social

Iscte- Instituto Universitário de Lisboa



Ano letivo 2022-2023

Prefácio

Este volume é o primeiro da série 'Ideias de Pesquisa' em Serviço Social. O projeto resulta da intenção de compilar ideias de pesquisa desenvolvidas ao longo do semestre por alunos da Licenciatura em Serviço Social (SS) do Iscte, no âmbito da Unidade Curricular (UC) de Métodos e Técnicas de Investigação em Ciências Sociais (MTICS). O projeto deve ser visto como um esforço dos alunos no desenvolvimento e conceção de um projeto de investigação, passível, contudo de melhorias, e não como projetos completos e finais, prontos a serem implementados. Pretende-se assim, que estes trabalhos servissem de orientação para futuros projetos e alunos, mas também para dar a conhecer à comunidade Iscte, o trabalho dos nossos alunos nesta UC, e as suas 'ideias de pesquisa', no âmbito do serviço social.

A UC de MTICS contempla a realização de uma proposta de projeto de investigação como parte da avaliação contínua, sobre uma temática sugerida pelo professor aos alunos no início do ano letivo. No ano letivo de 2022-2023, o tema sugerido aos alunos – e dada a situação corrente da invasão da Ucrânia pela Rússia que originou milhares de refugiados em países vizinhos e mais distantes – foi 'Refugiados em Portugal'. Dentro desta temática geral, os grupos de trabalhos das turmas de primeiro e segundo anos da licenciatura de Serviço Social¹, propuseram analisar variadas e interessantes questões.

Os trabalhos que aqui apresentamos neste pequeno volume representam apenas uma pequena seleção de entre os projetos realizados durante o ano letivo de 2022-2023, mas que demonstram de forma persuasiva a variada gama

¹ Em 2023, a UC de MTICS foi lecionada no primeiro e segundo anos da licenciatura em Serviço Social.

de temáticas abordadas pelos alunos e as propostas inovadoras que propunham realizar dentro da temática dos refugiados. Ainda que não tenha havido recolha e análise de dados pelos alunos – uma vez não contempladas no programa da UC – as propostas de pesquisa descrevem a metodologia e as técnicas de investigação que seriam aplicadas caso os alunos fossem para ‘o terreno’, e tecem também algumas considerações sobre os resultados esperados.

Os três primeiros trabalhos abordam a integração de refugiados adultos em Portugal, a sua relação com a língua portuguesa, o mercado de trabalho e bem-estar emocional. Os dois últimos trabalhos incidem sobre o acolhimento de crianças e jovens refugiados no Sistema Educativo Português.

Assim, o Grupo 1, composto pelos alunos Beatriz Gaspar (nº 104657), Beatriz Louro (nº 105123), Henrique Tomás (nº 96569), Jéssica Rocha (nº 105078) e Rita Santos (nº 98192) propõem estudar as ‘perceções de refugiados sírios sobre o contributo da aprendizagem da língua portuguesa no seu bem-estar psicológico’. O grupo 2, composto pelas alunas Maria Catarina Gregório (nº94874) e Melissa Alves (nº94947) estudam os ‘o assédio moral no trabalho’ usando como caso de estudo os refugiados nepaleses em Odemira. O grupo 3, composto pelas alunas Aissatu Dabó (nº 111941), Frederica Oliveira (nº 111542), Lara Serra (nº 112059), Matilde Brito (nº 112084) e Nádía Moreira (nº 112142), procurou estudar a relação entre ‘exploração laboral e saúde mental dos refugiados’. O grupo 4, composto pelas alunas Ana Gomes (nº 105874), Carolina Baptista (nº 105454), Carolina Oliveira (nº 105977), Julce Gomes (nº 88501), Leandra Fazenda (nº 100792) e Rafaela Ferreira (nº 105209) procura conhecer como é feita ‘a integração das crianças refugiadas no Sistema Educativo Português’. Já o grupo 5, composto pelas alunas Júlia Cardoso (nº 112115), Maria João Curto (nº 100997), Mariana Cunha (nº 111192) e Marta Mestre (nº 111050) debruça-se, mais especificamente, sobre o ‘acolhimento dos jovens ucranianos em escolas básicas em Lisboa’.

Congratulamos os estudantes cujas pesquisas estão incluídas neste volume e agradecemos-lhes o tempo e cuidado que dedicaram a estes projetos. Os agradecimentos vão também para os professores que acompanharam e guiaram os alunos durante o semestre; a professora Marta Entradas, coordenadora da Unidade Curricular, e os professores convidados para lecionar esta UC, Maria João Lima e Gabriel Cipriano. Desejamos a todos os nossos alunos muito sucesso na sua licenciatura e na sua carreira profissionais nas áreas do Serviço Social.

Professora Marta Entradas (coordenadora da UC), 2022-2023
Departamento de Sociologia, Iscte- Instituto Universitário de Lisboa,
Lisboa, Portugal

Conteúdos

Nota introdutória	1
<i>Amélia Mendes</i>	
1. Perceções de refugiados sírios sobre o contributo da aprendizagem da língua portuguesa no seu bem-estar psicológico	5
<i>Beatriz Gaspar, Beatriz Louro, Jéssica Rocha, Rita Santos e Henrique Tomás</i>	
2. Os refugiados nepaleses em Odemira: assédio moral no trabalho	23
<i>Melissa Alves e Maria Catarina Gregório</i>	
3. Exploração laboral e a saúde mental dos refugiados	33
<i>Matilde Brito, Aissatu Dabó, Nádía Moreira, Frederica Oliveira e Lara Serra</i>	
4. Integração das crianças refugiadas no sistema educativo português	47
<i>Carolina Baptista, Leandra Fazenda, Rafaela Ferreira, Ana Gomes, Julce Gomes e Carolina Oliveira</i>	
5. Receção dos jovens ucranianos em Lisboa	65
<i>Júlia Cardoso, Mariana Cunha, Maria João Curto e Marta Mestre</i>	
Anexos	77

Ideias de Pesquisa 2022/2023

Nota introdutória

Amélia Mendes

“Os refugiados simbolizam, personificam [os] nossos medos.

Ontem, eram pessoas poderosas em seus países.

Felizes, como nós somos aqui, hoje.

Mas veja o que aconteceu hoje.

Eles perderam [as] suas casas, perderam [os] seus trabalhos.

O choque está apenas começando.”

(Bauman, 2018)

Os refugiados saem dos seus países para outros destinos por razões de ameaça às suas vidas. A distinção entre refugiados e migrantes (ou, imigrantes), é importante, dado que estes últimos partem de uma forma voluntária para outro lugar, na esperança de encontrarem a segurança ou a estabilidade económica que não possuem nos seus países de origem. Enquanto os primeiros, os refugiados, partem por temerem pelo risco de morte, ou risco de prisão arbitrária sem julgamento. Mas por vezes não é fácil clarificar se o motivo da deslocação se deve a uma escolha pessoal ou a imposição alheia (Santinho, 2011).

Ainda que não seja uma problemática recente, os refugiados passaram a receber a atenção de vários órgãos de comunicação social e paulatinamente começam a surgir publicações académicas sobre a análise deste fenómeno. Nos últimos anos, a sociedade ocidental vê o tema ser abordado pela comunicação social, em consequência dos milhares de pessoas que fogem dos seus países devido aos conflitos de guerra, especialmente do Médio Oriente e Norte de África. A crise do Mediterrâneo, como ficou conhecida, passou a constituir uma

estrada marítima utilizada por migrantes, que requerem à sua chegada o estatuto de asilo nos países da União Europeia. Países como a Grécia e Itália, devido à sua posição geográfica, viram chegar à sua costa um número crescente de pessoas que se lançam ao mar, em botes improvisados, enfrentando fortes correntes marítimas na crença de uma vida melhor na Europa.

Muitos lembrar-se-ão da imagem do menino curdo, que perdeu a vida a 2 de setembro de 2015 numa praia turca. O pequeno Alan Kurdi tinha 3 anos, viajava juntamente com o pai, a mãe, e um irmão de 5 anos, numa embarcação de borracha que naufragou. Apenas o pai sobreviveu à tragédia. A imagem do menino que deu à costa, vestido com uns calções azuis e t-shirt vermelha deitado de lado na areia, cujas ondas do mar, vinham ao encontro de um pequeno corpo que jazia “adormecido” na água, correu mundo. Soube-se, posteriormente, que um grupo de ativistas pretendendo chamar atenção da sociedade ocidental para a crise dos refugiados do Mediterrâneo, terá transladado o corpo do pequeno Kurdi que morreu afogado, não naquele local, mas em outro, e *post mortem* lhe vestiu roupas que qualquer criança ocidental vestiria. Os ativistas pretenderam, com o auxílio da comunicação social, sensibilizar as pessoas para a luta da sua causa, que ao visualizarem a imagem de Kurdi que jazia à beira-mar facilmente, a iriam associar a um filho, a um neto ou, a um familiar próximo. A campanha foi momentaneamente bem-sucedida e os ativistas conseguiram chamar a atenção da sociedade para este problema social.

Poderá ser questionável esta encenação mas, numa sociedade de consumos imediatos, onde impera o individualismo, onde existem escudos de proteção em relação à dor alheia, há quem também considere que este tipo de meios justifica os seus fins. De facto, desde 2015, foram poucos os desenvolvimentos nas políticas integradoras para estes refugiados. Homens, mulheres e crianças que alcançam o território europeu, vindos essencialmente da Síria, do Afeganistão, do Iraque e, também, da Turquia, continuam a viver em campos improvisados e em tendas de lona. Sobrevivem diariamente com o apoio de Organizações Não Governamentais (ONG's), por vezes com fome e em condições deficitárias de

acolhimento. A União Europeia impõe a estes refugiados quotas de entrada, cuja política é justificada por não existirem estruturas de emprego, educacionais, ou de segurança social suficientemente robustas e preparadas para os acolher.

Ao flagelo descrito e, aparentemente sem fim à vista, em fevereiro de 2022 juntou-se-lhe um outro. O drama do povo ucraniano, onde se estima que mais de 10 milhões de pessoas tenham sido obrigadas a abandonar o seu país devido à invasão da Rússia. O dia 24 de fevereiro de 2022, ficará registado na história como a data que deu início à invasão da Ucrânia pela Rússia: A Ucrânia, um país com fronteiras definidas, independente política e economicamente desde a desagregação da U.R.S.S., em 1991. A data também ficará associada, ao dia onde a paz na Europa voltou a ficar em sobressalto, após ter sido alcançada com o fim da II Guerra Mundial em 1945 e, apenas quebrada entre 1991 e 2001, devido aos violentos combates em território da antiga República Socialista Federativa da Jugoslávia.

Referências

- Bauman, Z. (2018) “Zygmunt Bauman: o medo dos refugiados” In *Fronteiras do Pensamento* <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/zygmunt-bauman-o-medo-dos-refugiados>.
- Santinho, C. M. (2011). Refugiados e requerentes de asilo em Portugal: Contornos políticos no campo da saúde. [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa].

Perceções de refugiados sírios sobre o contributo da aprendizagem da língua portuguesa no seu bem-estar psicológico

Beatriz Gaspar, Beatriz Louro, Jéssica Rocha, Rita Santos e Henrique Tomás

Introdução

O presente trabalho foi elaborado no âmbito da unidade curricular de MTICS, lecionada no 1º semestre do 2º ano da Licenciatura em Serviço Social do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e consiste na elaboração de um projeto de investigação centrado na temática dos refugiados em Portugal. Deste modo, o projeto desenvolvido visa compreender quais as perceções de refugiados sírios, residentes em Portugal, sobre o contributo da aprendizagem da língua portuguesa para o seu bem-estar psicológico.

Este estudo surge de um contexto e ao mesmo tempo de uma realidade (Quivy & Campenhoudt, 1995), de que os refugiados estão mais vulneráveis a eventos traumáticos pelos seus percursos de vida associados, o que constitui um risco para a sua saúde mental e bem-estar psicológico. Neste sentido, torna-se relevante compreender que elementos, no decorrer do processo de acolhimento e integração, podem desempenhar um papel na promoção do bem-estar. Um dos aspetos cujo contributo tem sido realçado na literatura é a aquisição de competências

linguísticas do país de acolhimento e é em torno desse que o presente estudo se orienta, partindo de um modelo específico de ensino, o curso Português Língua de Acolhimento (PLA). Assim, à luz desta problemática e recorrendo a uma metodologia qualitativa, procurou-se aceder às perceções dos refugiados sírios sobre o seu conceito de bem-estar psicológico, compreender o impacto percebido da aprendizagem da língua portuguesa no mesmo, identificar os principais desafios experienciados pelos refugiados na aprendizagem do português e compreender em que medida estes sentem que o curso PLA é adaptado às suas necessidades pessoais e objetivos.

Deste modo, os objetivos podem ser agrupados em dois grandes tópicos: por um lado, pretende-se aceder ao conceito de bem-estar psicológico dos próprios, não o definindo *a priori*, e compreender de que modo a aprendizagem da língua portuguesa pode ser um recurso promotor do mesmo, tomando em consideração a situação vulnerável e traumática a que os refugiados foram expostos involuntariamente. Além disso, com base numa abordagem organizacional² (Quivy & Campenhoudt, 1995), outro propósito é compreender mais detalhadamente a própria (in)adequação deste modelo de ensino às necessidades e objetivos específicos dos refugiados sírios, a fim de que os resultados possam contribuir para melhorar o funcionamento do PLA, através da visão específica dos inquiridos. Assim, o estudo está assente numa visão bastante personalizável e crítica das necessidades dos refugiados que frequentam aulas e propõe uma reflexão sobre o recurso

² Trata-se de uma abordagem organizacional, no sentido de saber se a organização é boa (Quivy & Campenhoudt, 1995: p. 94), do ponto de vista do aluno, semelhante ao que acontece no estudo de Chowdhury et al. (2016), com refugiados do Bangladesh.

a modelos *one-size-fits-all* no que toca ao ensino da língua a estas populações. Pretende-se, portanto, considerar todos estes aspetos, com vista a orientar uma reflexão mais profunda e abrangente acerca das percepções dos refugiados sírios sobre o contributo desta aprendizagem para o seu bem-estar psicológico.

Enquadramento teórico

Em linha com a problemática mencionada, apresentam-se em seguida os principais pontos de referência teóricos da investigação, nomeadamente os conceitos fundamentais, *língua portuguesa e bem-estar psicológico*, e a perspetiva teórica adotada para conduzir a análise, com base na revisão da literatura.

Conceitos-chave

A *linguagem* define-se como todo o tipo de códigos ou pistas sociais usadas por uma comunidade para veicular ou transmitir ideias, pensamentos ou crenças. Por seu turno, a *proficiência linguística* de um idioma define-se como a capacidade para interpretar o seu código linguístico, i.e., palavras ou frases, bem como o conhecimento contextual da informação, ou seja, a pragmática, facilitando o entendimento do significado específico da informação face ao contexto (Beiser & Hou, 2001; Spence, 1996, citado por Montemiro et al., 2021). Assim, a aprendizagem de um idioma resulta da interação entre aspetos cognitivos, comportamentais e sociais (Montemiro et al., 2021). Deste modo, o conceito de *língua portuguesa* que se pretende considerar ao longo do presente estudo integra as várias dimensões (e.g., elementos verbais, não-verbais e culturais) do idioma português.

O conceito de *bem-estar psicológico* é multidimensional, envolvendo dimensões psicológicas e sociais (Charry et al., 2020). De acordo com Ryff (1989), a estrutura básica do bem-estar psicológico engloba seis aspectos, nomeadamente autonomia, mestria sobre o ambiente (e.g., agir sobre o ambiente para atingir necessidades pessoais), crescimento pessoal, propósito de vida, relações interpessoais positivas, e autoaceitação (e.g., atitude positiva face ao próprio). Deste modo, é um construto dinâmico e complexo, relacionado com a satisfação das expectativas de vida, e resulta da interação entre os sentimentos positivos e negativos associados às experiências. Além disso, sofre influência do contexto sociocultural onde o indivíduo se insere, dado que cada cultura se pauta por um conjunto de expectativas, valores e papéis que modelam e dão significado à vida e às práticas dos seus membros (Charry et al., 2020). O conceito de bem-estar foi já descrito no mundo ocidental, mas é de grande interesse no mundo não-ocidental (Fanany, 2018). As interações que se relacionam com o estado de bem-estar subjetivo “*occur within a framework of culture associated with the background and origin of the participants*” (Fanany, 2018: p. 50) e é esse enquadramento que se pretende explorar.

Revisão da literatura

Atendendo ao conceito de *refugiado*³, verifica-se que subjacente à necessidade de deslocamento forçado se encontram uma multiplicidade de eventos adversos

³ Qualquer indivíduo que, temendo ser “*perseguido em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual, após aqueles acontecimentos não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar*” (ponto A, n.º 2 do art. 1.º da Convenção relativa ao estatuto dos refugiados, adotada em 28 de julho de 1951

e traumáticos. Além disso, sabe-se que a exposição aos mesmos é um fator de risco *major* para a saúde mental e bem-estar psicológico destes indivíduos (Hajak et al., 2021; Montemiro et al., 2021), e condiciona a sua integração, tornando-se essencial desenvolver estratégias promotoras do bem-estar.

Uma proposta que permite compreender o caráter dinâmico da integração e da sua relação com o bem-estar é o modelo de Beiser e Hyman (1997) - *Model of the Resettlement Process and Refugee Mental Health*, que representa as relações que ocorrem entre fatores presentes durante o processo de integração e a saúde mental dos refugiados. De acordo com este modelo, as consequências para a saúde mental surgem da interação entre stressores e recursos (Beiser & Hou, 2001; Beiser & Hyman, 1997). Os primeiros, pré-migração e pós-migração, são preditores de menor bem-estar psicológico (Beiser & Hyman, 1997; Hajak et al., 2021; Montemiro et al., 2021). Os fatores pré-migração estão associados à experiência de eventos traumáticos antes e durante a saída do país de origem (e.g., experiências em campos de refugiados; Beiser & Hyman, 1997; Hajak et al., 2021). Os fatores pós-migração estão, sobretudo, relacionados com a adaptação ao país de acolhimento (Beiser & Hyman, 1997; Montemiro et al., 2021), englobando aspetos de natureza legal, económica e social (Hajak et al., 2021).

Alguns dos principais desafios identificados nesta fase são a sensação de insegurança e instabilidade, separação da família, discriminação e marginalização, dificuldade na inserção no mercado de trabalho e desemprego, dificuldade no acesso a serviços como saúde e educação (Bäärnhielm et al. 2017; Hajak et al., 2021; Silove et al., 2017). A baixa proficiência linguística do idioma do país de acolhimento é também apontada na literatura como um dos desafios mais frequentemente enfrentados pelos refugiados no seu processo de integração (Beiser & Hou, 2001).

pela Conferência das Nações Unidas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950 (ACNUR, 2022).

Por oposição, os recursos são protetivos do bem-estar psicológico, pois minimizam o impacto negativo dos stressores (Beiser & Hyman, 1997; Hajak et al., 2021). Em termos de recursos sociais, o estabelecimento de relações sociais e a integração ou contacto com uma '*same-ethnic community*' parecem ter um contributo positivo (Beiser & Hou, 2001; Beiser & Hyman, 1997). Nos recursos pessoais, o domínio da língua do país de acolhimento é apontado como um fator protetor da saúde mental (Beiser & Hou, 2001; Beiser & Hyman, 1997) e um aspeto determinante para a adaptação dos migrantes e refugiados (Isphording & Otten, 2014).

Globalmente, a literatura tem sido consistente sobre o contributo das competências linguísticas do país de acolhimento para o bem-estar psicológico dos refugiados. Montemiro e colaboradores (2021), numa revisão sistemática que aborda a relação entre a saúde mental e proficiência linguística do país de acolhimento, em migrantes, reportam que a baixa proficiência impacta negativamente a saúde mental, estando associada a uma maior prevalência de sintomatologia e doenças do foro mental. Tal pode ser explicado, pois a deteção de sinais de mal-estar psicológico pode estar comprometida devido a barreiras linguísticas e diferenças culturais na expressão de emoções (Montemiro et al., 2021), e na perceção de bem-estar (Bäärnhielm et al. 2017), dificultando o acesso a um tratamento adequado. Numa dimensão social, o baixo domínio da língua e os sentimentos de vergonha associados condicionam a participação destes indivíduos em contextos que seriam, por si só, promotores da aprendizagem do idioma, nomeadamente atividades na comunidade (Hajak et al., 2021; Salvo & Williams, 2017), agravando o risco de marginalização e exclusão social, o que interfere negativamente com o bem-estar (Bäärnhielm et al. 2017; Tip et al., 2018).

Corroborando estes resultados, outros estudos demonstram a importância do contexto social para o bem-estar psicossocial dos refugiados, verificando-se que a participação em programas de intervenção social e em atividades como cursos de línguas ou atividades desportivas, está associada a menor incidência

de sintomas psicológicos, não só a curto, como a longo-prazo (Hajak e et al., 2021). Adicionalmente, estas atividades proporcionam a interação com a comunidade, promovendo sentimentos de pertença, a criação de laços sociais (Silove et al., 2017; Tip et al., 2018) e combatendo o isolamento social, o que se mostrou estar associado a níveis mais elevados de bem-estar, ao longo do tempo (Tip et al., 2018). Também estudos qualitativos acerca da perspetiva dos refugiados sobre como a aprendizagem da língua afeta o seu bem-estar psicológico, reforçam a ideia de que maior domínio da língua está associado a maior autonomia em diferentes áreas de vida e empowerment (Salvo & Williams, 2017). Por outro lado, a baixa competência linguística origina sentimentos de falta de controlo sobre a comunicação e, conseqüentemente, receio de possíveis desentendimentos (e.g., ofensas inadvertidas, incapacidade para se expressarem), associados também às diferenças culturais e contextuais da linguagem (Salvo & Williams, 2017).

Assim, verifica-se que a boa proficiência do idioma do país de acolhimento não só tem um impacto direto no bem-estar, como tem um efeito mediador, pois facilita a interação social e promove o contacto intergrupar (Tip et al., 2018). Por sua vez, tal leva ao desenvolvimento de mais recursos sociais e pessoais, promovendo a autonomia, sentimentos de pertença e o sentido de coerência interna (Beiser & Hou, 2001; Beiser & Hyman, 1997), o que remete para aspetos centrais do conceito de bem-estar, como a autonomia, a mestria sobre o ambiente, e as relações interpessoais positivas e autoaceitação (Ryff, 1989). No entanto, apesar de ser conhecida a importância da língua para a integração e bem-estar, os refugiados são confrontados com múltiplos desafios na aquisição destas competências, sendo os efeitos dos sintomas psicológicos (e.g., dificuldade de concentração, memória), a ausência de oportunidades informais para falar e aprender a língua, e sentimentos de ansiedade, vergonha e medo do julgamento por parte dos outros, as principais barreiras à aprendizagem reportadas por estes indivíduos (Salvo & Williams, 2017).

Todos estes aspetos são particularmente relevantes, dado que, na última década, se tem verificado, a nível mundial, um aumento expressivo do total de deslocamentos forçados⁴, atingindo, em 2019, um registo histórico de 79,5 milhões de pessoas, das quais se estima que cerca de 26 milhões sejam refugiadas (Oliveira, 2021). O conflito sírio, ativo desde 2011, é um dos eventos que mais tem contribuído para a ‘crise de refugiados’, estimando-se que sete milhões de sírios foram forçados a abandonar o seu país (Oliveira, 2021; UNHCR, 2022). Em 2019, a Síria era o principal país de origem dos refugiados residentes em países da União Europeia (Oliveira, 2021).

Em Portugal, o acolhimento de refugiados é coordenado pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM, 2022; Oliveira, 2021). Desde 2015, este processo estrutura-se a partir de uma rede de entidades de acolhimento, públicas ou privadas sem fins lucrativos, diversificada e descentralizada a nível nacional e o modelo de acolhimento visa promover a autonomização gradual das pessoas refugiadas, através de uma resposta integrada e abrangente, que considere as dimensões de uma plena integração (Oliveira, 2021). Uma das áreas de intervenção incluídas no programa é aprendizagem de português (Oliveira 2021). Em termos formais, esta aprendizagem pode ser proporcionada através de diferentes modalidades, nomeadamente a frequência de cursos disponibilizados por instituições públicas nacionais, (e.g., ACM) como o curso PLA, um curso gratuito e destinado a adultos estrangeiros, residentes em Portugal, com língua materna não-portuguesa e que não tenham competências na mesma (Oliveira, 2021). Em 2021, a maioria dos indivíduos acolhidos teve acesso a aulas de português, e 14 das 24 entidades com programas de acolhimento ativos, optaram por promover o acesso ao PLA. Ainda, verifica-se que, embora a certificação dada pelo curso seja relevante para efeitos de acesso à nacionalidade, ou residência, um número significativo de indivíduos termina o

⁴ Refugiados, requerentes de asilo e outras populações deslocadas.

programa de acolhimento com fraco domínio da língua portuguesa, mantendo-se dependente de tradução para estabelecer uma conversação (Oliveira, 2021).

Metodologia

Em concordância com o objetivo do estudo, privilegiou-se a metodologia qualitativa, por permitir maior profundidade na observação, tornando-se possível aceder à perspetiva de cada participante. Além disso, possibilita a valorização da sua subjetividade, nomeadamente do conceito de bem-estar psicológico, partindo, portanto, da ideia de que não existe uma única percepção representativa, mas várias, com o mesmo valor. Por outro lado, dado que este conceito é abstrato e com variações culturais, o uso de uma metodologia qualitativa permite captar a diversidade de experiências e percepções.

Instrumento

Antes de mais, sabemos que a entrevista não é necessariamente um “instrumento”. Como refere Creswell (2013), na entrevista, o próprio investigador é o instrumento. No entanto, os dados foram recolhidos com recurso a entrevistas semiestruturadas, a partir de um guião previamente elaborado pelos investigadores. Foi dada preferência a esta técnica devido à flexibilidade e versatilidade, pois permite uma maior adaptação a diferentes situações e diferentes características dos entrevistados, e possibilita que o entrevistado explore livremente o tópico, assegurando simultaneamente que responde às questões de maior interesse e as respostas se mantêm no âmbito do tema da pesquisa (Albarello et al., 1997). Assim, o guião serve de eixo para conduzir a entrevista e o entrevistador pode utilizá-lo de uma forma flexível, podendo, por exemplo, alterar a ordem das perguntas e a sua linguagem, ou acrescentar pistas, o que permite que o desenvolvimento da mesma se adapte ao entrevistado. Por outro lado, a entrevista semiestruturada é adequada face ao objetivo do estudo, dado que, já existe algum conhecimento prévio relativo ao

tema, considerando exemplos de outros países de acolhimento, o qual se pretende aprofundar para a realidade portuguesa (Albarelo et al., 1997).

O guião da entrevista (ver anexo 1.2) foi elaborado pelos investigadores e continha um total de oito questões abertas, tendo como ponto de partida os objetivos e o quadro conceptual da pesquisa. As primeiras perguntas da entrevista foram concebidas de modo a aceder a aspetos relacionados com a experiência das aulas. De seguida, fizeram-se perguntas relacionadas com as perspetivas pessoais sobre os contributos específicos das mesmas. Colocou-se a questão que abordava o conceito de bem-estar psicológico numa fase intermédia da entrevista, por se considerar que nessa altura o entrevistado já estaria mais confortável para responder. Considerou-se também pertinente questionar os entrevistados relativamente a sugestões ou propostas para melhoria e personalização do sistema de ensino e ao curso particular no qual nos debruçamos. Na elaboração do guião, procurou-se que a linguagem das perguntas fosse não-diretiva, de modo a não impor o quadro de referência do investigador (Albarelo et al., 1997) e a permitir o verdadeiro acesso à perspetiva do entrevistado. Além disso, pretendeu-se minimizar a influência de fatores contextuais na recolha dos dados, havendo especial preocupação com as diferenças culturais (Albarelo et al., 1997), uma vez que a literatura evidencia que o conceito de bem-estar apresenta variações culturais (Subu et al., 2022). Neste sentido, a pergunta da entrevista que pretende aceder ao conceito de bem-estar do entrevistado é fundamental para combater o etnocentrismo do investigador (Albarelo et al., 1997).

População e amostra

A população engloba todos os refugiados sírios, residentes em Portugal, que frequentaram o curso PLA, desde a sua criação, em 2020. No entanto, sendo uma população de grande dimensão e complexidade, selecionou-se uma amostra da mesma para melhor responder aos objetivos do estudo. Para tal, solicitou-se ao ACM uma listagem das escolas que ministraram o curso PLA no ano letivo

2021/2022, das quais se selecionaram aleatoriamente cinco escolas, com recurso à técnica de amostragem probabilística aleatória simples. Numa fase seguinte, sendo possível aceder à lista de alunos de cada escola, considerou-se selecionar aleatoriamente e entrevistar 30 refugiados sírios, adultos, que tivessem concluído a formação, há no máximo um ano. Espera-se que a delimitação do período de término da formação permita recolher dados sobre o contributo das aulas, numa perspetiva mais holística, e a curto e médio-prazo, a fim de produzir *feedback* útil para futuras recomendações. A fluência em português não foi considerada um critério *a priori*, uma vez que diferentes níveis de fluência podem enriquecer o estudo e a literatura tem apontado a proficiência no idioma do país de acolhimento como uma variável importante para o bem-estar dos refugiados.

Procedimento

Os indivíduos que cumpriam os critérios estabelecidos foram posteriormente convidados a participar numa reunião com os investigadores, com o intuito de lhes ser fornecida uma breve explicação acerca do estudo em questão e dos seus objetivos, bem como informações relativas à confidencialidade e finalidade da recolha de dados. Os investigadores estiveram acompanhados de um intérprete sírio, já integrado em Portugal⁵, que pudesse clarificar questões ou dúvidas, se necessário, e reforçar que não iriam existir perguntas sobre processos de naturalização/cidadania que pudessem condicionar a livre-expressão dos entrevistados, por medo de represálias no mesmo (Albarelló et al., 1997). Foram também partilhados os documentos de consentimento informado (Anexo 1.1), que os participantes tiveram de assinar para prosseguir com o estudo.

Os indivíduos que consentiram participar foram de novo contactados de modo a agendar a entrevista para uma data e horário que lhes fosse conveniente.

⁵ É importante que o intérprete não saiba apenas o idioma, mas tenha uma maior proximidade com a cultura síria.

Considerou-se mais vantajosa a realização de entrevistas presenciais, num local à escolha do entrevistado, pois o local tem de ser um facilitador (Albarello et al., 1997). Antes do início da recolha de dados, foi reforçado o seu carácter anónimo e confidencial. As entrevistas foram conduzidas individualmente, utilizando-se o guião previamente criado e tiveram uma duração média de aproximadamente 30 minutos, tendo sido gravado apenas o áudio destas para possibilitar a transcrição. As entrevistas foram conduzidas em português e, à semelhança do primeiro contacto com os participantes, o intérprete árabe-português esteve presente no decorrer das mesmas. A presença do intérprete visa colmatar dificuldades de fluência e de compreensão das questões, caso não existisse um domínio suficiente da língua portuguesa, mitigando potenciais problemas na recolha de dados (Hajak et al., 2021). Além disso, funciona também como um instrumento de *rapport* e pode contribuir para informar acerca do contexto cultural e imagético destes participantes. O modo de realização da entrevista, presencial, permite aumentar a taxa de respostas e melhorar o entendimento. Sendo a língua uma questão central neste trabalho, a modalidade presencial possibilita ainda o acesso a pistas de linguagem não-verbal e evita mal-entendidos provenientes de falhas da tecnologia. A escolha da técnica também permite que se faça uso da reversibilidade.

Análise de dados

Sendo uma investigação qualitativa, as críticas em relação à validade do estudo são esperadas (Creswell, 2013). Sendo assim, pretende-se iniciar a análise expondo viéses que podem ter impacto na análise dos dados, nomeadamente reconhecendo o escasso conhecimento que possuímos sobre a cultura síria, bem como das realidades às quais os refugiados estiveram expostos, como consequência do tumulto no seu país. Deste modo, trata-se de analisar dados inerentes a uma realidade distante, com a qual os investigadores nunca tiveram

contacto⁶, havendo particular preocupação em reconhecer essa ignorância, sob a pena de passar por falta de sensibilidade para os leitores do estudo.

A recolha dos dados e análise conjugou as abordagens dedutiva e indutiva. Por um lado, recorre-se à abordagem dedutiva, isto é, do teórico para o particular, partindo de resultados de investigações anteriores (Albarello et al., 1997) que informam sobre os determinantes do bem-estar psicológico dos refugiados, bem como dos contributos da aprendizagem da língua do país de acolhimento, procurando verificar se surgem também nos refugiados sírios residentes em Portugal. No entanto, utilizou-se também a abordagem indutiva, pois pretende-se explorar novas dimensões do problema (Albarello et al., 1997), na medida em que, como mencionado, se reconhecem as diferenças culturais no que é o bem-estar psicológico e se pretende romper ideias pré-concebidas relativamente a este conceito. Queremos, porventura, acrescentar novas dimensões, específicas de uma cultura e de um contexto, ao conceito de bem-estar.

Reflexão crítica

Por fim, a última secção encontra-se subdividida em resultados expectáveis, limitações da investigação e propostas para estudos futuros. E, como é um estudo qualitativo, existe uma maior variedade de *outcomes* possíveis, pelo que esperamos que o estudo ilumine as percepções deste segmento de refugiados tão sub-representado e contribua, ao mesmo tempo, para contrariar estereótipos, o que deve ser a pauta regente da investigação em ciências sociais. Em relação aos dados propriamente ditos, esperamos homogeneidade em relação ao conceito de bem-estar, dado que os inquiridos partilham a mesma cultura de origem.

⁶ Usando uma frase importante de uma autora que fez uma Investigação semelhante à nossa: “*The researcher had multiple perspectives — of a Bangladeshi listening to Bangladeshi people, a Bangladeshi listening to Australian migrants and of a researcher trying to make sense of their stories*” (Choudhury et al., 2016: p. 13).

Espera-se, ainda, uma percepção positiva desta aprendizagem e do seu contributo.

Relativamente às limitações, já foram sendo mencionadas ao longo do trabalho. A escolha do intérprete irá com certeza levantar problemas metodológicos. Um, à cabeça, seria a grau de conforto entre intérprete e inquirido que pode levar a uma perda de qualidade dos dados (Albarello et al., 1997), mas existem outros que não conseguimos sequer prever e esse acaba por ser um problema da investigação nesta área: a impossibilidade de quantificar de modo preciso como as nossas escolhas metodológicas geram perdas de qualidade dos dados. Esta escolha em específico, no entanto, é de extrema importância, porque nos permite recolher o *feedback* de quem não é fluente em português e, dessa forma, executar o nosso objetivo secundário, o de melhorar as aulas para refugiados. Outra limitação foi a escolha do curso PLA, dado que não é direcionado apenas para refugiados, mas destinado a indivíduos residentes em Portugal, com língua materna não-portuguesa e sem competências na mesma.

Sendo assim, estudos futuros devem focar-se nas diferentes aulas referenciadas pelo ACM e tentar compreender se as próprias dinâmicas das aulas (e.g., maior informalidade, estruturação, conteúdos programáticos) funcionam ou não melhor com certas culturas. Devem também tentar compreender a perspetiva ou o ponto de vista dos professores, permitindo olhar para o problema com outros olhos e através de outra problemática que, de esta forma, não conseguimos observar. Na mesma linha, e atendendo a que a grande maioria dos refugiados termina a formação (nas suas diferentes modalidades) sem conseguir falar a língua portuguesa, estudos futuros poderiam explorar a relação entre o bem-estar e o grau de fluência, uma vez que, Chowdhury et al. (2016) demonstra que a fraca fluência não é condição que prejudique o bem-estar, especialmente quando migrantes consideram que têm uma vida melhor do que a que tinham no seu país de origem.

Por fim, um outro objetivo, talvez mais subliminar deste trabalho, foi tentar compreender de forma aprofundada o porquê do fracasso de tantos refugiados na aprendizagem do Português. Esta reflexão, mais do que tudo, deve incentivar a busca das causas do fracasso deste tipo de ensino e mudar o Paradigma em relação às aulas de português, que devem deixar de ser “para estrangeiros” e passar incorporar sensibilidades em relação à cultura. Está no nosso entender que só com uma rejeição de modelos *one-size-fits-all*, como mencionámos no início deste trabalho, irá o sucesso da aprendizagem aumentar, bem como se conseguirá uma integração plena.

Referências

- ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2022, novembro) *Convenção Relativa aos Refugiados – 1951* https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf.
- Albarelo, L., Digneffe, F. Hiernaux, J., Maroy, C. Danielle, R., & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Alto Comissariado para as Migrações. (2022, novembro). *Como posso frequentar um curso de língua portuguesa para estrangeiros*. <https://www.acm.gov.pt/pt/-/como-posso-frequentar-um-curso-de-lingua-portuguesa-para-estrangeiros>.
- Bäärnhelm, S., Laban, K., Schouler-Ocak, M., Rousseau, C., & Kirmayer, L. J. (2017). Mental health for refugees, asylum seekers and displaced persons: A call for a humanitarian agenda. *Transcultural Psychiatry*, 54(5-6), 565-574.
- Beiser, M., & Hou, F. (2001). Language acquisition, unemployment and depressive disorder among southeast asian refugees: a 10-year study. *Social Science & Medicine*, 53(10), 1321-1334. doi:[10.1016/S0277-9536\(00\)00412-3](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(00)00412-3).
- Beiser, M., & Hyman, I. (1997). Refugees' time perspective and mental health. *The American Journal of Psychiatry*, 154(7), 996-1002. doi:[10.1176/ajp.154.7.996](https://doi.org/10.1176/ajp.154.7.996).

- Bragason, E. H. (1997). Interviewing through interpreters. *Newsletter–Centre for Qualitative Research*, 23.
- Charry, C., Goig, R., & Martinez, I. (2020). Psychological well-being and youth autonomy: Comparative analysis of Spain and Colombia. *Frontiers in Psychology*, 11. doi:[10.3389/fpsyg.2020.564232](https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.564232).
- Chowdhury, F. Y., & Hamid, M. O. (2016). Language, migration and social wellbeing: A narrative inquiry into the lives of low English proficiency Bangladeshi migrants in Australia. *Australian Review of Applied Linguistics*, 39(1), 8-30.
- Creswell, John (2013). *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches*. Sage.
- Fanany, R. (2018), Language and Well-being, *Advances in Social Science, Education and Humanities Research*, 263.
- Foddy, W. (1996). *Como perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Celta.
- Hajak, V., Sardana, S., Verdeli H., & Grimm, S. (2021). A systematic review of factors affecting mental health and well-being of asylum seekers and refugees in Germany. *Frontiers in Psychiatry*, 12: 643704. doi: [10.3389/fpsyt.2021.643704](https://doi.org/10.3389/fpsyt.2021.643704).
- Isphording, I. E., & Otten, S. (2014). Linguistic barriers in the destination language acquisition of immigrants. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 105, 30-50.
- Montemiro, C., D'Andrea, G., Cesa, F., Martinotti, G., Pettorrosso, M., Di Giannantonio, M., Muratori, R., & Tarricone, I. (2021). Language proficiency and mental disorders among migrants: A systematic review. *European Psychiatry*, 64(1), e49.
- Observatório das Migrações. (2022, novembro). *Principais conceitos da atualidade de refugiados*. <https://www.om.acm.gov.pt/-/principais-conceitos-da-atualidade-de-refugiados>.
- Oliveira, C. (2021). *Requerentes e beneficiários de proteção Internacional em Portugal: Relatório Estatístico do Asilo 2021. Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações*. Alto Comissariado para as Migrações.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2ª ed.). Gradiva.
- Riley, C. L. (2021). *The Culture Gap: The Role of Culture in Successful Refugee Settlement*. [University Honors Program Theses]. Georgia Southern University.

- Ryff, C. D. (1989). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57 (6), 1069-1081. doi:[10.1037/0022-3514.57.6.1069](https://doi.org/10.1037/0022-3514.57.6.1069).
- Salvo, T. & Williams, A. C. de C. (2017). “If I speak English, what am I? I am full man, me”: Emotional impact and barriers for refugees and asylum seekers learning English. *Transcultural Psychiatry*, 54(5–6), 733–755.
- Silove, D., Ventevogel, P., & Rees, S. (2017). The contemporary refugee crisis: an overview of mental health challenges. *World psychiatry*, 16(2), 130-139.
- Spence S. (1996). The cognitive neurosciences. *BMJ*. 312: 193. doi:[10.1136/bmj.312.7024.193](https://doi.org/10.1136/bmj.312.7024.193).
- Steel, Z., Silove, D., Phan, T., & Bauman, A. (2002). Long-term effect of psychological trauma on the mental health of Vietnamese refugees resettled in Australia: a population-based study. *The Lancet* 360(9339), pp. 1056-1062. doi: [10.1016/S0140-6736\(02\)11142-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(02)11142-1).
- Subu, M. A., Holmes, D., Arumugam, A., Al-Yateem, N., Maria Dias, J., Rahman, S. A., & Abraham, M. S. (2022). Traditional, religious, and cultural perspectives on mental illness: a qualitative study on causal beliefs and treatment use. *International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-being*, 17(1), DOI: [10.1080/17482631.2022.2123090](https://doi.org/10.1080/17482631.2022.2123090).
- Tip, L., Brown, R., Morrice, L., Collyer, M., Easterbrook, M. (2018). Improving refugee well-being with better language skills and more intergroup contact. *Social Psychological and Personality Science*, 10(2). doi: [10.1177/1948550617752062](https://doi.org/10.1177/1948550617752062).
- United Nations High Commissioner for Refugees. (2022, julho). *Syria Refugee Crisis Explained*. UNHCR. Através de <https://www.unrefugees.org/news/syria-refugee-crisis-explained/>.

Os refugiados nepaleses em Odemira: Assédio moral no trabalho

Melissa Alves e Maria Catarina Gregório

*“A refugee could be anybody. It could be you or me.
The so-called refugee crisis is a human crisis.”*

(Weiwei, 2018: p. 2)

Introdução

Pode dizer-se que o conceito de migrações forçadas é referente aos vários tipos de deslocações ou movimentos involuntários, que podem cruzar fronteiras internacionais, assim como deslocações dentro do mesmo país. Este conceito não tem uma definição concreta, visto que abrange diversos fenómenos como refugiados, deslocados, requerentes de asilo e repatriados. Como causas para estes movimentos podem apontar-se as mudanças climáticas, tráfico de seres humanos, entre outros (Castles, 2002).

O tráfico de seres humanos influencia de forma direta as migrações forçadas, por envolver o recrutamento, transporte, transferência, alojamento e acolhimento de pessoas pelo uso de ameaça, força, coação, rapto, fraude, abuso de autoridade ou por outros meios de intimidação. O termo tráfico de seres humanos pode não estar conceitualmente claro devido às várias difusões entre tráfico e escravidão. Segundo Archer (2013),

“It changes frequently in terms of the three ‘M’s: the motives of the ‘victims’ – itself a term varying in appropriateness; the means employed to recruit, transport and re-locate these human subjects, one that grows

in organizational sophistication year upon year; and the measures taken by statutory bodies – global, interregional, national and local – that have undergone considerable revision and reformulation during the last two decades” (Archer, 2013: p. 15).

Um dos casos de tráfico humano é o chamado trabalho forçado, onde o trabalhador é enganado, e de forma fraudulenta induzido a uma ação voluntária por parte do mesmo, na esperança de melhores condições, como lhe havia sido prometido. Este tipo de tráfico é também uma migração ilegal, havendo uma degradação dos direitos humanos, considerando estas pessoas traficadas ou contrabandeadas (Neves, 2012).

Uma das situações de trabalho forçado a que se tem assistido em Portugal é o caso da comunidade nepalesa, trabalhadora no setor agrícola em Odemira. Nas sociedades contemporâneas o volume de negócio das empresas tem sofrido um aumento, sobretudo no setor agrícola, sendo o concelho de Odemira o maior local de exportação do Alentejo Litoral. Este aumento criou a necessidade de contratação de mão-de-obra, preferencialmente barata, tendo em vista manter a competitividade dos preços do mercado. De acordo com Évora (2022), devido à implementação de legislação que facilitou os processos de imigração e de obtenção de residência em Portugal, surge uma vaga de imigração laboral, oriunda da Ásia do Sul, composta maioritariamente por cidadãos da Índia e do Nepal:

“O aumento da área dedicada à agricultura intensiva exigiu também mais mão de obra, e o número de migrantes multiplicou-se, nas palavras de alguns locais, ‘de forma descontrolada’. Alguns dos primeiros imigrantes nepaleses e indianos constituíram mais empresas agrícolas, desta vez de prestação de serviços, ou de trabalho temporário, através das quais contratam trabalhadores para as empresas produtoras agrícolas, que deixaram de ser responsáveis por uma contratação direta.

As empresas de prestação de serviços e de trabalho temporário ficam responsáveis por encontrar trabalhadores para as empresas produtoras e, na maioria das vezes, encontrar-lhes também uma casa e transporte para o trabalho, abatendo um valor do seu salário. Esta dinâmica facilitou o trabalho das empresas produtoras, retirou-lhes a responsabilidade de assegurar certos direitos aos trabalhadores, e abriu as portas para esquemas de tráfico humano” (Évora, 2022, p. 25).

Neste contexto, pretende analisar-se que tipos de assédio moral são praticados, assim como a integração destes cidadãos na comunidade odemirense, e se esta integração influencia o tipo de assédio.

A presente investigação tem como objeto de estudo os incidentes de assédio moral no trabalho, na comunidade nepalesa em Odemira. Pretende aferir-se se a vinda para Portugal e a integração destes refugiados no país potencia o assédio moral no trabalho, e qual o tipo de assédio sofrido. Este tema tem como problemática o assédio moral no trabalho, por se tratar de um fenómeno que afeta a dignidade humana das comunidades nepalesas em Odemira. Devido aos objetivos apresentados, pretende-se descobrir se existe relação entre o tipo de integração e o tipo de assédio moral no trabalho das comunidades nepalesas em Odemira.

Contextualização/Revisão da Literatura

O modelo de análise do presente estudo assenta na dimensão social, tendo como conceitos a integração, que se reparte em dois tipos, a etnicização e a assimilação (Pires, 2003), e o conceito de assédio moral, que se reparte em quatro tipos, a intimidação, a perseguição profissional, o isolamento social e a humilhação (Torres et al., 2016). Deste modo pretende verificar-se qual o tipo predominante de integração e de assédio moral na comunidade nepalesa em Odemira, no setor agrícola.

Quando se fala de integração, fala-se da integração social e da integração sistémica. A integração social é a reconstrução da participação do indivíduo de ordem interativa, ou seja, o indivíduo desintegra-se do seu país de origem e integra-se no país de destino (Pires, 2003).

A integração de novos grupos de interação no país de destino, permite ao imigrante adquirir um conhecimento alargado de informações sociais e contextuais, favorecendo e motivando a criação de novas rotinas. Existe, por parte do imigrante, propensão na inserção de interações compostas maioritariamente por imigrantes, não excluindo, no entanto, a evolução da relação com outros grupos sociais, nomeadamente indivíduos locais. Esta construção consecutiva de interações na sociedade local permite, no espaço e no tempo, a integração social através da assimilação. No entanto, verificando-se uma convergência entre estes dois contextos sociais diferentes, provocará um confronto de identidades coletivas e consequentemente haverá lugar à etnicização, enquanto processo de integração social (Pires, 2003).

A assimilação é um processo de inclusão dos imigrantes numa sociedade de pertença, possibilitando aos mesmos participarem de forma alargada na cultura preexistente (Pires, 2003). Esta inclusão permite ao imigrante partilhar a sua história, cultura e práticas com os indivíduos autóctones e consequentemente integrar um espaço identitário onde obterá novos conhecimentos e tradições. Existe uma aceitação mútua, permitindo o enriquecimento de ambas as culturas com novas ideologias, provocando uma sociedade mais heterogénea.

Este processo, de modo a manter a ordem social, pretende a criação de normas apropriadas para os imigrantes, além da integração cultural do imigrante na sociedade. O processo de etnicização é designado pela construção de uma identidade coletiva no confronto dos imigrantes, com as considerações originadas por indivíduos autóctones ou relações intra-migrantes. Esta identidade baseia-se no sentido de pertença a um coletivo com características ascendentes comuns, a auto e hétero categorizações sociais, promovendo uma solidariedade que supera as situações críticas nas diversas divisões sociais.

O nível de estigmatização está presente nas comunidades imigrantes, sendo a etnicização o processo de integração predominante. Associado a comunidades de imigrantes existe o conceito de estigmatização, que consiste em desprezar, desrespeitar e agir de forma preconceituosa para com os imigrantes. Estas ações podem ser tomadas tanto de imigrante para imigrante como por parte dos *established* em relação aos imigrantes (Pires, 2003).

Considerando estudos já existentes de assédio moral no trabalho em Portugal, este é uma realidade cada vez mais presente nos contextos da sociedade portuguesa (Torres et al., 2016) e por esse facto, esta investigação não pretende apurar a sua existência, já comprovada, pretende sim averiguar de que forma estes comportamentos negativos perpetuam esse assédio, através da identificação dos tipos de assédio existentes.

Tabela 2.1. Conceito de assédio moral

Assédio moral		
Conceito	Dimensões	Indicadores
O assédio moral é um conjunto de comportamentos indesejados percebidos de forma persistente e reiterada podendo consistir num ataque verbal com conteúdo ofensivo ou humilhante ou em atos subtis, que podem incluir violência psicológica ou física. Tem como objetivo diminuir a autoestima da/s pessoa/s alvo e, em última instância, pôr em causa a sua ligação ao local de trabalho. As vítimas são envolvidas em situações perante as quais têm, em geral, dificuldade em defender-se.	Isolamento social	Terem promovido o seu isolamento ou falta de contacto em relação a colegas; Terem promovido o seu isolamento ou falta de contacto com chefias.
	Perseguição profissional	Definição de objetivos impossíveis de atingir; Desvalorização sistemática do trabalho; Funções desadequadas.
	Intimidação	Ameaças sistemáticas de despedimento; Ter sido alvo de situações de <i>stress</i> com o objetivo de provocas descontrolo.
	Humilhação pessoal	Ter sido humilhado devido a características físicas, psicológicas ou outras.

Fonte: (Torres et al., 2016: p. 74).

Os tipos de assédio moral predominantes em Portugal são a intimidação e perseguição profissional. Este estudo incide sobre a população ativa portuguesa, vítimas de assédio moral. A situação contratual, sem termo ou a termo certo, promove estas práticas de comportamentos negativos, e a autoria das mesmas é efetuada predominantemente por superiores hierárquicos/chefias, e seguidamente por colegas (Torres et al., 2016).

Metodologia

Um desenho de pesquisa consiste em demonstrar através do modelo de análise dos dados recolhidos, como se pretende utilizar essas aferições de modo a compreender fenómenos.

No ato de verificação do processo de pesquisa, na etapa de observação, a recolha de dados será efetuada através da inquirição, sendo esta a forma mais adequada para a obtenção de conhecimento sobre os resultados esperados no presente estudo, ou seja, sobre os incidentes de assédio moral no trabalho, na comunidade nepalesa em Odemira. Serão realizadas entrevistas a uma população de indivíduos de naturalidade nepalesa, residentes em Odemira, uma vez que as mudanças na legislação para a aquisição da nacionalidade portuguesa foram facilitadas, podendo existir nepaleses nessa situação, optando assim pelo indicador da naturalidade. A amostra inquirida encontra-se empregada no setor agrícola, sendo o setor com maior expressão no concelho, bem como o principal empregador destes trabalhadores, pois deste modo poder-se-á perceber a influência que o assédio moral no trabalho exerce nos modos de vida e nas externalidades destes indivíduos.

O estudo é qualitativo, tendo como base uma pesquisa exploratória das informações retiradas das entrevistas que se irão realizar a um conjunto de pelo menos 12 indivíduos, sendo que é espectável que através da técnica de amostragem utilizada, consigamos mais entrevistas.

Os participantes que irão integrar o estudo serão selecionados a partir da técnica de bola de neve. Trata-se de uma técnica de amostragem não probabilística, consistindo na recolha de dados onde os indivíduos selecionados convidam novos participantes da sua rede de amigos, colegas de trabalho e conhecidos, ou seja, a partir de uma primeira pessoa do próprio conhecimento ou relação das investigadoras, dá-se início a esta técnica, solicitando-se aos entrevistados novos contactos de indivíduos que preencham os requisitos para participar nesta investigação e assim sucessivamente, até atingir o número pretendido de participantes.

Será escolhido o método de contacto presencial, exigindo a deslocação das investigadoras a Odemira. O passo seguinte consistirá na recolha de dados através de entrevistas semi-estruturadas, tendo como base questões sobre a caracterização social dos entrevistados de forma a contextualizar, no tempo e no espaço esses mesmos dados, e questões que servirão de guia na entrevista de modo a obter as informações exatas que se pretendem que sejam fornecidas pelos entrevistados. Com as questões guia pretende-se conhecer as principais condições da vinda para Portugal, a integração destes indivíduos no país e em Odemira, as suas relações laborais e se já sofreram comportamentos negativos de assédio moral no trabalho. Os materiais produzidos para a realização das entrevistas encontram-se nos anexos 2.1 e 2.2.

As entrevistas terão lugar num local a combinar, com data e hora agendada, com acordo entre ambas as partes, de modo a proporcionar conforto aos entrevistados, visto que partilharão informações e experiências pessoais. Também com acordo prévio e consentimento por escrito dos entrevistados, as entrevistas serão gravadas através de um aparelho digital, gravador de voz, de modo a nenhuma informação, estado de espírito ou ênfase seja perdido. Caso algum dos participantes se negue à gravação de voz, proceder-se-á a uma entrevista sem essa gravação de áudio, ou seja, apenas com os métodos de anotação e memorização por parte das entrevistadoras. Todas as etapas desta investigação serão previamente explicadas aos entrevistados, se necessário em

inglês ou através de um tradutor, bem como lhes será garantida a preservação da sua privacidade alterando informações que sejam necessárias para esse fim como por exemplo o seu nome, deixando de constar o próprio nome e passando a constar a letra “P”, de participante, e o número 1, ou seja, P1, e assim sucessivamente.

Nesta investigação utilizar-se-á a técnica de Análise de Conteúdo, que contempla primeiramente a pré-análise, de seguida a exploração do material e por último o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação dos mesmos. Definitivamente, o terreno, o funcionamento e o objetivo de análise de conteúdo podem resumir-se da seguinte maneira:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016: p. 48).

Resultados/Discussão

Esta investigação não foi realizada, pelo que não podemos mencionar resultados nem aferir conclusões. Podemos apenas indicar possíveis verificações esperadas, se a investigação realmente fosse posta em prática.

Executando esta investigação, realizando-a realmente, indo ao campo recolher os dados através das entrevistas, conhecer as pessoas envolvidas e os seus contextos de vida e de trabalho, bem como as suas motivações e inspirações, poderíamos almejar então a verificação dos tipos de integração e tipos de assédio sofrido naquela comunidade, os nepaleses em Odemira. Seria ainda de esperar a verificação mais aprofundada de como a integração pode ser vivida, se através da assimilação ou da etnicização, e ainda cumprir outro objetivo que

seria identificar os autores dos incidentes de assédio, percebendo desse modo se é um assédio maioritariamente proveniente de colegas, de chefias ou outros.

Segundo a revisão de literatura, o processo de integração por etnicização é mais frequente entre emigrantes, visto ser mais acessível às comunidades nepalesas comunicar e interagir com indivíduos oriundos do mesmo país ou encontrando-se na mesma situação precária, utilizando o inglês como língua universal. A língua portuguesa torna-se deste modo uma barreira para a evolução do processo de assimilação, e conseqüentemente a etnicização poderá dificultar o acesso a direitos jurídicos, constitucionais, sociais e humanos, tais como o acesso à informação através de instituições de apoio social. Não se exclui o processo de assimilação, uma vez que o concelho de Odemira é constituído por uma população idosa, havendo, portanto, algum espaço para o desenvolvimento multicultural.

As motivações, a forma, e o estatuto com que chegam a Portugal, apresentam fortes possibilidades de migrações forçadas, através de tráfico humano, na forma de trabalho forçado. Este tipo de trabalho é obtido através de redes informais e fraudulentas, levando o indivíduo a acreditar e agir voluntariamente, por forma a conseguir alcançar o trabalho prometido. Este tipo de contacto é feito através de empresas agrícolas, amigos, conhecidos, empresas de trabalho temporário, entre outros, que proporcionam supostas condições de trabalho, habitação, documentação e remuneração, quando na realidade à chegada ao país de destino, não se verificam. Os salários são controlados e as necessidades básicas não são supridas.

Todo este contexto aponta para um tipo de assédio por intimidação, no qual as ameaças de despedimento e a dependência que os indivíduos têm perante a entidade patronal estão permanentemente presentes.

Com a existência da estigmatização de indivíduos provenientes de outras partes do mundo para trabalhos considerados de mão-de-obra barata, a humilhação pessoal também está presente como tipo de assédio moral, não se centrando apenas no contexto laboral.

Portanto, com a possibilidade de realização deste estudo, e com suporte na informação retirada da revisão de literatura, existe maior hipótese do processo de integração observado ser a etnicização, e os tipos de assédio moral sofridos no local de trabalho serem a intimidação e humilhação pessoal.

Referências

- Archer, M. S. (2013). "A Sociological Approach to Human Trafficking" In *Trafficking in human beings: Modern slavery - Proceedings of the Working Group. Scripta Varia*, 112. Pontifical Academy of Sciences.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Campos, R. L. S. (2021). "Imigração, 'desenvolvimento' e trabalho precário na agricultura alentejana: a marca do "azeite português" In *SER Social*, 24(49), pp. 380-398. Doi:[10.26512/sersocial.v23i49.35723](https://doi.org/10.26512/sersocial.v23i49.35723).
- Castles, S. (2002). Environmental change and forced migration: making sense of the debate. *New issues in Refugee Research: Working Paper* 70.
- CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (2019). Imigração e tráfico para exploração laboral - Nepaleses nas estufas em Portugal (2019) (Projeto nº PT/2017/FAMI/158).. <https://ciencia.iscte-iul.pt/projects/imigracao-e-trafico-para-exploracao-laboral-nepaleses-nas-estufas-em-portugal/752>.
- Évora, M. A. (2022). *Ricos e Pobres no Sudoeste Alentejano: Os efeitos da Produção Agrícola de Frutos Vermelhos e da Imigração na Freguesia de São Teotónio* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.
- Neves, M. (2012). *A Protecção dos Direitos Humanos e as Vítimas to Tráfico de Pessoas - Rotas, Métodos, Tipos de Tráfico e Setores de Atividade em Portugal*. IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.
- Pires, R. P. (2003). A integração dos imigrantes. Em R. P. Pires (Ed.), *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa* (pp. 95-116). Celta Editora
- Torres, A., Costa, D., Sant'Ana, H., Coelho, B. & Sousa, I. (2016). *Assédio sexual e moral no local de trabalho em Portugal*. CIEG - Centro Interdisciplinar de Estudos de Género. CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Weiwei, A. (2018). *Humanity*. Princeton University Press.

Exploração laboral e a saúde mental dos refugiados

*Matilde Brito, Aissatu Dabó, Nádía Moreira, Frederica Oliveira
e Lara Serra*

Introdução

No contexto da unidade curricular de MTICS da licenciatura em Serviço Social, desenvolvemos um projeto de investigação baseado no termo “Refugiados”. Entendemos a importância do tema refugiados na atualidade, pois tem-se tornado um problema à escala mundial devido à instabilidade política, guerras e perseguições que têm decorrido em diversos países, e que levam os seus habitantes a procurar uma vida melhor, muitas vezes, na Europa.

Rapidamente decidimos estudar a realidade dos refugiados que estão localizados na cidade onde estudamos, ou seja, Lisboa; e o nosso foco imediato foi a potencial exploração dos mesmos e que implicações teria nas suas vidas. Após refletirmos, chegámos à conclusão que teríamos de abordar apenas uma dimensão do quotidiano dos refugiados de forma a obtermos uma pergunta de partida exequível. Foi selecionada a dimensão psicológica pois entendemos que tem um grande impacto na vida de qualquer ser humano e ainda um tópico em desenvolvimento na sociedade portuguesa. Definimos, então, a nossa pergunta de partida da seguinte forma: *Como é que a exploração laboral afeta, psicologicamente, o quotidiano dos refugiados em Lisboa?*

Contextualização

Definição de conceitos

A pergunta que dá origem a este estudo e a consequente hipótese englobam diversos conceitos que necessitam de ser definidos. Especificamente, dois grandes conceitos: a exploração laboral de refugiados, que engloba a exploração laboral e refugiados e o quotidiano dos mesmos, e a dimensão psicológica. Para definir 'exploração laboral de refugiados' precisamos primeiro de nos focar no termo refugiados. Na definição de refugiado presente na Convenção de Genebra (1951) da Organização das Nações Unidas (ONU), especificamente no seu Artigo 1º, o termo refugiado é aplicado a qualquer pessoa que:

“temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele” (ONU, 1951: p. 2).

Já a definição de refugiado, dada pela Amnistia Internacional, define refugiados de uma forma muito similar:

“Um refugiado é uma pessoa que fugiu do seu país de origem devido à existência de violência, conflitos armados ou perseguição, e a quem foi concedido asilo ou proteção subsidiária noutro país. Para obter o estatuto de refugiado, é necessário fundamentar esse receio pela sua segurança, seja por motivos de identidade, religião, nacionalidade, opinião política ou pertença a determinado grupo social. O governo do país de origem não pode ou não irá proteger esta pessoa que, assim, se

vê obrigada a fugir e a procurar proteção internacional” (Amnistia Internacional, 2022).

De forma a definirmos o conceito de exploração laboral, consultámos maioritariamente o relatório sobre exploração laboral grave da *European Union Agency for Fundamental Rights* (FRA, 2015).

“A «exploração laboral grave» denota situações de trabalho que se afastam significativamente das condições de trabalho habituais — justas e equitativas — tal como definidas pelas leis laborais e outros regulamentos legais relativos, em particular, a salários, horário de trabalho, ausências, saúde e segurança, bem como ao tratamento digno e respeitoso dos trabalhadores.” (FRA, 2015: pp. 2-3)

Esta definição de exploração laboral contém diversas dimensões que serão alvo de desenvolvimento na operacionalização de conceitos presente neste documento. Os indicadores de exploração laboral que vamos ter em conta serão o (1) ordenado, (2) a segurança física e condições sanitárias do local de trabalho, (3) as horas de trabalho, (4) o acesso a ausências e férias a que têm direito, (5) a inclusão e tratamento entre pares no local de trabalho e (6) as discrepâncias de burocracia e tratamento por parte de superiores.

Para além da definição dos conceitos de “refugiado” e “exploração laboral” que já foram abordados, falta definir a dimensão do quotidiano dos refugiados em que nos pretendemos focar: a dimensão psicológica. Começemos, então, por definir o que é a saúde mental de acordo com o Serviço Nacional de Saúde:

“A saúde mental é a base do bem-estar geral e diz respeito a um nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional ou a ausência de uma doença mental.” (SNS, 2023)

Para medirmos o grau de saúde mental dos participantes, precisamos de meios fiáveis de o fazer já que não temos qualificação para criar um questionário deste tipo. Por isso, escolhemos um questionário de avaliação de 90 sintomas já validado, o *'Symptom CheckList-90-Revised'* (SCL-90-R), concebido pelo psicólogo Leonard R. Derogatis e a sua equipa (1973), com diversas questões que abordam sintomas relacionados com problemas de saúde do foro mental. Após realizarmos leituras relacionadas com as áreas que abordamos no nosso trabalho, construímos a seguinte hipótese de investigação: *A exploração laboral dos refugiados em Portugal afeta, de forma negativa, psicologicamente, o quotidiano dos mesmos.*

Esta hipótese é a teoria provável a ser confirmada no decorrer da investigação, e foi estruturada com base em resultados obtidos em literatura anterior, como Ferreira (2011), que concluiu no seu estudo sobre Saúde Mental e Qualidade de Vida em sujeitos empregados e desempregados, *“que os indivíduos desempregados apresentaram valores elevados na Escala Clínica Ansiedade, na Escala Clínica Depressão e na Escala Clínica Psicoticismo, resultados concluídos através da aplicação do questionário de avaliação de 90 sintomas SCL-90-R”* (Ferreira, 2011).

Embora este estudo de Ferreira (2011) não aborde diretamente o mesmo tema que nos propomos a estudar, o facto de os resultados revelarem que quem tem uma boa vida laboral tem também um melhor índice de saúde mental, aponta para que os refugiados explorados no seu local de trabalho não partilhem desse mesmo nível elevado de saúde mental.

Modelo de análise e operacionalização de conceitos

Ao preparar esta investigação, entendemos que o melhor seria compreender os principais conceitos, através de pesquisas anteriormente realizadas e de documentos o mais fidedígnos possíveis para, no fim da nossa investigação, se ter acesso a dados e conclusões concretas e específicas correspondentes com a nossa sociedade.

De modo a entendermos como a saúde mental e a exploração laboral estão interligadas, vimos a necessidade de esclarecer de que forma os nossos indicadores selecionados são úteis e concretos para medirmos os níveis de saúde mental e de exploração laboral.

Com a facilidade de já existirem questionários científicos que medem diversos níveis de saúde mental, optámos por adotar para a nossa investigação um questionário já validado, o *SCL-90-R* (Derogatis et al., 1973). O nosso maior desafio nesta parte do trabalho foi definirmos como iríamos operacionalizar a exploração laboral e todos os indicadores selecionados nessa dimensão. No código do trabalho está explícito que:

“Cada trabalhador em Portugal tem direito a trabalhar em condições que protejam a sua saúde e garantam a sua segurança, em todos os aspetos relacionados com a sua função, tendo o empregador o dever de respeitar e aplicar, no mínimo, os princípios gerais de Segurança e Saúde no Trabalho.” (Código do Trabalho, Art.º 281º a 284º)

Isto é, o empregador deverá garantir medidas de prevenção e segurança para todos os utilizadores das suas instalações, incluindo pessoas com mobilidade condicionada; e ainda assegurar instalações sociais e de bem-estar para os seus trabalhadores. Passamos então a definir os níveis concretos de 6 indicadores, com os limites entre a exploração laboral e trabalho justo, em cada uma das condições enumeradas anteriormente na definição de conceitos.

1) O primeiro indicador é o valor do ordenado dos refugiados participantes e definimos como limite mínimo para considerar um trabalho justo o valor do salário mínimo. Segundo o Decreto-Lei n.º109-B/2021, de 7 de dezembro, o valor do salário mínimo nacional está fixado em 705 euros, entrando em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022.

2) O segundo indicador são as condições sanitárias e de segurança. Para as definirmos, consultámos o portal ePortugal, que dispõe de serviços e

informações que conectam os cidadãos e as empresas ao Estado. As condições básicas que devem ser garantidas são as seguintes:

1. Ventilação adequada de todos os espaços do local de trabalho e instalações;
2. Condições térmicas e de iluminação adequadas às atividades desenvolvidas;
3. Limpeza das instalações e respetiva gestão de resíduos;
4. Gestão, inspeção e manutenção de equipamentos de trabalho, redes e instalações;
5. Sistemas de deteção e de segurança contra incêndio;
6. Meios e equipamentos de primeiros socorros e assistência em caso de acidente;
7. Instalações sanitárias, separadas por género, devidamente equipadas;
8. Locais para guardar vestuário e pertences (vestiários equipados com cacifos), em particular quando a atividade a desenvolver implique a utilização de fardas e de Equipamento de Proteção Individual;
9. Locais para a realização de refeições.

A partir destas condições, formulámos dez perguntas para o nosso instrumento de recolha de informação, de forma a cobrir todos os requisitos de condições sanitárias e de segurança no inquérito sobre as condições de trabalho.

3) O terceiro indicador são as horas de trabalho e verificamos que está estipulado na Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) um máximo de oito horas de trabalho diário e quarenta horas de trabalho semanal. Apesar disto, pode ainda existir trabalho suplementar, ou seja, a atividade laboral que é executada fora do horário de trabalho, em que apenas pode ser desempenhado se a empresa tiver um aumento passageiro de trabalho e que não se justifique a contratação de mais funcionários sendo de carácter

obrigatório, exceto em casos devidamente justificados e a empresa tem de ter em conta que cada trabalhador não pode exercer mais de 175 ou 150 horas extras por ano. Dentro dessas horas cada trabalhador não pode exercer mais de 2 horas por dia (AICEP, 2023).

4) O quarto indicador é o direito a ausências e a férias. Para definirmos o direito às férias, temos como referência o artigo 238º do Código do Trabalho que dita que *“o período anual de férias tem a duração mínima de 22 dias úteis”* (Código do Trabalho, Art.º 238). Dentro disso, existem ainda duas situações distintas. Se trabalhar numa semana normal de trabalho, ou seja, de segunda a sexta-feira, são estes os dias que contam para o período de descanso. Mas, se trabalhar aos sábados e domingos, os fins de semana serão considerados para efeitos de cálculo. Ao mesmo tempo, através do artigo 239º do Código do Trabalho, observamos que cada trabalhador tem direito, *“no ano da admissão, (...) a dois dias úteis de férias por cada mês de duração do contrato, até 20 dias, cujo gozo pode ter lugar após seis meses completos de execução do contrato.”* (Código do Trabalho, Art.º 239). Para medirmos se o direito a ausências está a ser respeitado, vamos questionar diretamente os participantes, pois entendemos que é um ponto objetivo.

5) O quinto indicador é a inclusão e tratamento entre pares no local de trabalho. Para isso, questionamos os participantes sobre a sua perspetiva quanto à própria inclusão ou falta da mesma, na pergunta 17 do nosso instrumento de recolha de informação.

6) O sexto e último indicador, é a possível discrepância de burocracia, enganar e no geral mau tratamento por parte de superiores. Também, para este indicador, recolhemos a visão dos participantes sobre o seu tratamento comparado com o tratamento dado aos seus colegas não refugiados, na pergunta 18 do nosso instrumento de recolha de informação.

Metodologia

Métodos e técnicas de investigação

Ao definir o método de investigação mais adequado para o nosso trabalho, decidimos optar por uma pesquisa quantitativa, através de um inquérito por questionário presencial e autoadministrado que, comparado a uma entrevista, permite uma maior variedade linguística, não estando limitado à nossa capacidade oral nem à dos participantes. Ao escolher um inquérito por questionário com a presença de um investigador, conseguimos um melhor sistema organizacional dos inquéritos, diminuindo a probabilidade de desistência durante a inquirição, visto que, os nossos inquéritos são grandes. Para além disso, criamos a hipótese de serem tiradas dúvidas.

Ao formularmos o nosso inquérito por questionário decidimos usar duas questões abertas (idade e nacionalidade) e as outras questões são fechadas. As questões abertas foram aplicadas no início do questionário para obtermos informações acerca das características da nossa amostra. As perguntas relacionadas com as condições de trabalho são questões fechadas.

Se, por um lado, o inquérito por questionário traz vantagens na sistematização e organização da informação, por outro lado, esta escolha, traz também pontos negativos, pois teremos dificuldade em captar as vivências dos sujeitos alvos da investigação, por não serem respostas dadas oralmente e não iremos conseguir captar as emoções dos mesmos.

População e amostra

Para realizarmos o nosso trabalho colocámos, em perspectiva, qual seria a melhor opção de população e conseqüente amostra. Por fim, chegámos à conclusão que, para esta investigação ser exequível, era necessário determinar uma quantidade populacional reduzida e de proximidade relativa. Assim sendo, decidimos como população “os refugiados na cidade de Lisboa”. Pelo facto de estarmos a analisar as condições de trabalho, iremos questionar os refugiados trabalhadores adultos ou, no máximo, jovens a partir dos 16 anos, por ser esta a idade mínima definida no Artigo 68º do Código do Trabalho.

Técnica de seleção da amostra (amostragem)

A amostra recolhida pretende representar a população em estudo e as suas características comuns. Optámos por definir uma amostra não probabilística, visto que, para a obtenção de uma amostra probabilística, seria necessário ter uma lista de toda a população, para os selecionados terem a mesma probabilidade de serem escolhidos que os restantes membros da população. Na impossibilidade de ter uma lista com todos os refugiados em Lisboa, decidimos usar o método *snowball*, que nos permite começar apenas com conhecidos ou associações e, a partir daí, chegarmos ao número pretendido de inquiridos. Ter esta possibilidade para angariar inquiridos é de extrema importância, visto que, não temos contacto direto com refugiados em número significativo.

Instrumentos de recolha de dados

Após definirmos os métodos a serem utilizados e a amostra, tivemos de desenvolver os questionários. Para a recolha dos dados do nosso estudo, precisamos de obter informações sobre dois aspetos, a saúde mental dos refugiados e as condições de trabalho dos mesmos, de forma a estabelecermos uma relação entre conceitos e perceber se estão a ser explorados ou não. Para isso, decidimos utilizar dois instrumentos de avaliação de autorresposta. Para manter os participantes com o maior anonimato possível, decidimos, ainda, atribuir números que seriam escritos nas folhas de cada questionário no momento do preenchimento.

O questionário que decidimos utilizar para medir a saúde mental é o *Symptom Checklist-90 Revised* (Derogatis et al., 1973) que se apresenta na forma de lista de noventa problemas e queixas que algumas pessoas costumam ter. Os participantes têm de assinalar a escolha colocando um círculo no número que melhor descreve, quanto este problema os incomodou nos últimos 7 dias. Cada pergunta deste questionário tem cinco classes de resposta (nunca, pouco, moderadamente, bastante e muito) e a escala varia entre zero e quatro.

O SCL-90-R avalia nove dimensões (Derogatis et al., 1973). Para se obterem as pontuações, para as nove dimensões psicopatológicas, devem-se somar os

valores (0-4) obtidos em cada item, de cada dimensão. A soma obtida é, em seguida, dividida pelo número de itens dessa dimensão. Há itens que não contribuem para nenhuma destas dimensões, apenas são incluídos no total.

Para além das nove dimensões, também são calculados três índices globais:

1. O índice global de severidade (GSI, *Global Severity Index*);
2. O total de sintomas positivos (PST, *Positive Symptom Total*);
3. O índice de severidade dos sintomas presentes (PSDI, *positive symptom distress index*);

Estes calculam-se da seguinte forma:

(1) $GSI = \text{Somatório de todos os pontos de todos os itens de todas as dimensões} / \text{Número total de itens (90)}$

(2) $PST = \text{Número de itens com valor diferente de zero (1-4)}$

(3) $PSDI = GSI \times 90 / PST$

Este questionário (SCL-90-R) foi escolhido, pois foi utilizado em outros trabalhos similares, nomeadamente em Ferreira (2011), e contém a vantagem de avaliar um grande número de dimensões psicopatológicas. Apresentamos este questionário em 4 línguas, de forma que o máximo de participantes possível tenha menores dificuldades linguísticas, já que, a linguagem presente no questionário pode ser menos usada no dia a dia de alguém que ainda está a aprender a língua portuguesa. As traduções não foram feitas por nós e foram aprovadas em cada língua, neste caso, inglês, português, ucraniano e árabe.

Para operacionalizar a dimensão exploração laboral dos refugiados desenvolvemos um questionário baseado nos indicadores de exploração laboral referidos anteriormente e nas definições do mínimo que tem de ser garantido a todos os trabalhadores. Decidimos traduzir este questionário para inglês de forma a diminuir as dificuldades linguísticas, mas, mesmo assim, temos menos variedade de línguas disponíveis quando comparado com o questionário referido anteriormente, pois este não é um questionário pré feito e traduzido

oficialmente, mas sim, completamente da nossa autoria. Após desenvolvermos o questionário relativo às condições de trabalho efetuamos um teste com cinco participantes voluntários, com o objetivo de identificar erros nas questões. Ambos os questionários encontram-se presentes nos Anexo 3.1 e 3.2.

Discussão

Limitações

Apesar de tentarmos escolher os melhores métodos e técnicas de trabalho, também conseguimos constatar algumas limitações e possíveis soluções para as mesmas. Primeiramente, a nossa amostra tem diferentes nacionalidades e, como consequência, iríamos ter dificuldades linguísticas, mesmo tendo o questionário disponível em diversas línguas. Uma solução para esta limitação seria restringir o estudo a uma nacionalidade específica, mas entendemos ser de maior interesse tentar ver a realidade dos refugiados todos, independentemente da sua origem ou língua materna.

Seguidamente, o questionário utilizado para medir a saúde mental tem uma lista de noventa problemas e queixas, e o questionário relativo às condições de trabalho tem dezoito perguntas fechadas e duas abertas, tornando todo o processo de participação demorado. Esta é uma grande limitação pois diminui a taxa de resposta por parte dos participantes e também o preenchimento de forma correta e consciente, com dados reais, e não apenas respostas dadas para acabar o questionário. Ao mesmo tempo, iremos ter custos ao nível de recursos. Neste caso, material físico para a recolha de dados e, por fim, o tempo da recolha dos inquéritos irá ser maior, devido ao facto de estarmos presentes durante o preenchimento dos questionários. Porém, entendemos que a presença de inquiridores seja essencial para o sucesso do estudo, pois permite alcançar, mais facilmente, a população que tem limitações tecnológicas e linguísticas e, ao mesmo tempo, a nossa presença vai limitar desistências no preenchimento dos questionários.

Resultados esperados

Através das nossas leituras, embora não tenhamos encontrado pesquisa que abordasse e relacionasse os diversos conceitos que o nosso trabalho relaciona, conseguimos concluir que os principais resultados de investigação indicam a existência de uma ligação entre a dimensão psicológica, qualidade de trabalho e inclusão. Esta relação foi verificada em estudos como Ferreira (2011) com trabalhadores não refugiados. Consideramos que esta mesma relação se aplicaria, talvez, até de forma mais significativa, à população de refugiados em Portugal, devido à sua migração forçada e potencial sentimento de exclusão na sociedade portuguesa e na sua cultura. Devido à existência desta relação verificada por Ferreira (2011), torna-se incisiva a necessidade de melhorar as condições laborais de forma a salvaguardar a saúde mental de todos os trabalhadores, incluindo os refugiados.

Após a realização do trabalho de campo deste projeto, procuraremos responder à principal pergunta de investigação, ou seja, se a exploração laboral afeta psicologicamente a vida dos refugiados. Ao deliberarmos e confrontarmos com a literatura, estamos em crer que as nossas questões iniciais e possíveis problemas laborais no contexto da vida dos refugiados, são reais e presentes.

Contributos

Na nossa opinião, este estudo poderia ser um grande contributo para entender a forma como as relações laborais, entre colegas ou superiores, são vistas pela sociedade, nomeadamente, na comunidade de refugiados. Independentemente de outras condições do local de trabalho serem respeitadas ou não, este é um fator que pode ter consequências graves na saúde mental dos trabalhadores. A não existência de um tratamento digno, passa também pela maneira como os mesmos são tratados psicologicamente e, não apenas, a garantia de condições físicas.

Sabemos que, pelo facto das sequelas de más condições de trabalho que estamos a abordar serem mentais, as mesmas são, muitas vezes, invisíveis aos olhos da sociedade. Por isso, têm tendência a serem esquecidas. Como tal, pretendemos que Portugal observe este acontecimento de maneira diferente, e que mude de atitude face à questão, tomando ações concretas face a esta realidade. Ao mesmo tempo, gostaríamos de mostrar como os refugiados são tratados verdadeiramente, de forma que, a sociedade mude os seus comportamentos e que os mesmos possam ser tratados com dignidade humana

Referências

- Batista, B. F., Rodrigues, D., Moreira, E. & Silva, F. (2021). Técnicas de recolha de dados em investigação: inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista?. Em P. Sá, A. P. Costa & A. Moreira (coords.), *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados*. Vol. 2. (pp. 15-38). UA Editora.
- Derogatis, L.R., Lipman, R.S., & Covi, L. (1973). SCL-90: an outpatient psychiatric rating scale--preliminary report. *Psychopharmacology Bulletin*, 9(1), 13–28.
- Ferreira, S. (2011). *Indicadores de Saúde Mental e Qualidade de Vida em sujeitos empregados e desempregados Estudo exploratório no concelho da Covilhã e Fundão* [Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior].
- FRA- Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2015). *Exploração laboral grave: trabalhadores que se deslocam no interior da União Europeia ou para a mesma. Obrigações dos Estados de direitos das vítimas*. Luxemburgo, Serviço das Publicações.
- Martins-Borges, L. (2013). Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. *REMHU : Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 21(40), 151–162. <https://doi.org/10.1590/s1980-85852013000100009>
- ONU (1951). *Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados*, Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, Resolução 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, reunida a 14 de dezembro de 1950.

Legislação

Lei n.º 7/2009. (2009). Diário da República n.º 30, Série I. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/2009-34546475>. [Aprova a revisão do Código do Trabalho].

Decreto-Lei n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro (2021) *Diário da República*: 1º Suplemento, Série I, n.º 236/2021. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/109-b-2021-175595604>. [Aprova a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e cria uma medida excecional de compensação].

Integração das crianças refugiadas no sistema educativo português

Carolina Baptista, Leandra Fazenda, Rafaela Ferreira, Ana Gomes, Julce Gomes e Carolina Oliveira

Introdução

A presente Investigação tem como objetivo perceber como as crianças refugiadas são integradas no sistema educativo português, sendo estas o objeto do nosso estudo. No presente capítulo do trabalho é fundamental apresentar a pergunta de partida pois esta será a linha orientadora da nossa investigação e delimitará a mesma. Neste sentido, formulámos a seguinte pergunta de partida: Como é que o ensino básico do sistema educativo português integra as crianças refugiadas?

Para a realização do objetivo em epígrafe recorreremos a métodos de investigação qualitativos e elegemos a entrevista semi-estruturada como técnica. A entrevista é realizada com o intuito de dar respostas a algumas questões como: a diferença cultural entre o país de origem e o país de chegada; a aprendizagem do Português como Língua Não Materna (PLNM); acompanhamento das crianças refugiadas (incluindo as crianças não-acompanhadas) em meio escolar. Contudo, antes de proceder ao inquérito por entrevista, é importante, enquanto investigadores, clarificar alguns conceitos subjacentes a este fenómeno de modo a analisá-lo com precisão.

Contextualização/Revisão da Literatura

Como referido no ponto anterior, é crucial avançar com a explicação de alguns conceitos com base na revisão da Literatura.

Integração

De acordo com Almeida (1993) a integração é concebida como a diversidade vasta, aberta e alterável de estilos de vida. Não corresponde às “competências virtuais” da vida social, mas sim à utilização destas.

“Importa salientar, em todo o caso, que nas nossas sociedades a integração não é pensável como uma homogeneidade restritivamente decretada, como uma autodefinição grupal. Nem mesmo, já num sentido mais amplo, como o conjunto de representações, valores e comportamentos que uma dada cultura avalia de forma positiva” (Almeida, 1993: p. 830).

Castro & Marques (2008) vão de encontro à mesma ideia, referindo que a variabilidade das formas de integração encontra-se associada às diferentes sociedades, os direitos que são reconhecidos nas mesmas e aos, também, distintos acessos a estes. Como avança Pires (2003), como citado em Castro & Marques (2008), a integração remete para a inclusão dos atores em “novos quadros de interação” em virtude de transformações e mobilidades sociais bem como “ciclos geracionais” ou, por exemplo, migrações.

Integração da população refugiada

Segundo Santos (2012), a integração deve ser percecionada como uma via de dois sentidos (“*two-way*”) que pressupõe que os “atores” implicados, sendo estes os refugiados e a “sociedade de acolhimento”, unam esforços para uma efetiva integração.

“Os refugiados devem, desta forma, estar preparados para a adaptação aos modos de vida da sociedade de acolhimento, mas sem isso exigir a perda da sua própria identidade cultural. Ao mesmo tempo, a sociedade de acolhimento deve mostrar-se disponível para a aceitação dos refugiados como parte da comunidade nacional, adaptando as instituições públicas para estas mudanças e facilitando o acesso aos recursos de que estes necessitam.” (ECRE, 2002 como citado em Santos, 2012: pp. 15-16).

Neste sentido, a sociedade garantirá a igualdade, o respeito pela diversidade cultural, indo ao encontro de preceitos da democracia (Castles et al., 2002, como citado em Santos, 2012).

A integração deve ser multidimensional e, por isso, o processo de integração só estará encerrado quando o indivíduo se transformar num membro ativo nas variadas esferas da vivência em sociedade-social, económica, educacional e cultural (ECRE, 2002, como citado em Santos, 2012). Assim, integração pressupõe, ainda, a construção de uma vida digna, com acesso a todas as áreas consideradas necessárias à existência, vivendo em igualdade de circunstâncias e de oportunidades com o povo português e compreendendo o funcionamento da sociedade, só possível através quer de uma comunicação efetiva entre todos, ouvindo e sendo ouvido, quer através de uma participação ativa na melhoria do meio de cada um e do país em geral, sempre com especial relevância colocada na autonomia de cada refugiado mas também na aceitação do outro, na entreaajuda e partilha de informações e de responsabilidades, não só entre refugiados e portugueses mas também entre refugiados (Santos, 2012: p. 53).

Refugiado

Segundo Stephen Castles (2006), como citado em Simão (2021), existe a migração económica ou voluntária e a migração forçada ou involuntária. Esta última inclui as pessoas que se vêm obrigadas a sair das suas casas ou países de

origem (pois não há uma garantida resposta às necessidades básicas e muitos dos direitos fundamentais não são assegurados) e a procurar asilo noutra lugar, tal concessão abarca os refugiados:

“adota-se a expressão refugiado por referência a requerentes e beneficiários de proteção internacional, no contexto da migração forçada que inclui a deslocação para outros países” (Simão, 2021: p. 1).

Como avança Santos (2012), no ano de 1951, em Genebra, a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas aprovou a Convenção das Nações Unidas relativa ao estatuto dos refugiados que visava assegurar os direitos dos mesmos. Neste contexto, surge a primeira definição internacional de refugiado. Refugiado é aquele que:

“receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar.” (Convenção de Genebra, 1951, Artigo 1 – A alínea 2)

Criança

Segundo o que se encontra estipulado no Artigo 1º da Convenção sobre os direitos da criança, esta corresponde a

“todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo.”

Para Simão (2021), a definição anteriormente apresentada delimita os 18 anos de idade quando se faz referência às crianças, porém estas poderão vir desempenhar “papéis de adulto” em virtude de se encontrarem num processo de emigração involuntária. Neste sentido, a sua mudança para a vida adulta é vulnerável pois “não desenvolveram plenamente a maturidade emocional e o julgamento, nem alcançaram o estatuto social dos adultos que vêm com a experiência de vida” (ACNUR, 1994: p. 25, como citado em Simão, 2021: p. 3).

Para Hart (2014), como citado em Simão (2021), a vulnerabilidade inerente à condição de criança reforça o assegurar das melhores condições para as crianças, em muito devido às experiências traumáticas por que passaram. A condição de migrante, só por si, cria um entreve ao acesso aos direitos fundamentais e que, no caso das crianças, se irá refletir no seu desenvolvimento a nível social, familiar e institucional.

Os pais das crianças assumem um papel crucial na integração destas pois, as crianças, em virtude da sua idade não possuem capacidade e maturidade suficientes para se integrarem de forma plena e autónoma na sociedade para a qual transitam.

“A imaturidade está associada à dependência de um adulto – um guardião– que possa proporcionar proteção e assegurar o seu desenvolvimento integral. Estes guardiões (...) desempenham um papel fundamental como ponte de interligação entre o crescimento da criança e a sua plena integração na sociedade, onde, em última instância, a criança adquire um sentido de identidade. Uma criança, conforme consagrado na CDC, tem o direito a crescer num ambiente familiar estável e seguro, que possa providenciar uma atmosfera propícia ao seu desenvolvimento, enquadrada no estilo de vida social da sua comunidade, e que possa fornecer as bases para a criação da identidade e personalidade – a criação do eu” (Simão, 2021: p. 4).

É fundamental criar planos de integração que garantam o bem-estar, a confiança e a segurança, e que sejam adaptáveis para dar resposta às necessidades individuais (Ensor & Gozdzia, 2016, como citado em Simão, 2021).

Menores refugiados não-acompanhados

De acordo com Roberto & Moleiro (2021), como se encontra descrito no estudo do Observatório das Migrações, o termo “menores não acompanhados” em Portugal diz respeito às crianças que chegam ao país sem os seus pais ou representantes legais, ou, aquelas que não se encontram sob a responsabilidade de um adulto (UNHCR, 1997), as que fazem os seus trajetos migratórios desacompanhadas, por motivos de “guerra, conflito político e instabilidade, catástrofes naturais, deslocação de populações em massa, e pobreza extrema” (Carlson et al., 2012: p. 259, como citado em Simão, 2021). Assim, as crianças não acompanhadas enfrentam fortes desafios durante o seu caminho ao país de chegada e, posteriormente, encaram, também, dificuldades aquando da execução dos seus direitos (Carlson, 2012, como citado em Simão, 2021).

Meio escolar

Para Alexandre Homem Cristo (2013), a educação constitui um dos potencializadores do desenvolvimento de uma sociedade e afirma que esta evolução na vida social será acompanhada de uma evolução no sistema educativo:

“As políticas evoluem, tal como as sociedades e as suas necessidades, um bom sistema educativo é aquele que acompanha essa evolução, sempre capaz de responder às necessidades educativas da população”
(Cristo, 2013: p. 13).

Como avança Almeida et al. (1994) as instituições de ensino assumem um papel central na condução e evolução das sociedades.

Outra dimensão fundamental da escola é a sua relação com a cidadania, entendida como capacidades de escolha de cidadãos portadores de direitos e deveres. Essa relação começa desde logo por a própria escolarização ser considerada, hoje em dia, um direito elementar para todos e prolonga-se no facto de ela construir, ao mesmo tempo, condição indispensável para o exercício de outros direitos e deveres e potenciar formas de participação social e política (Almeida et al., 1994, p. 119).

De acordo com a UNESCO (2020), a integração escolar é concretizada como: “It is a process: actions and practices that embrace diversity and build a sense of belonging, rooted in the belief that every person has value and potential and should be respected” (UNESCO, 2020: p.11). Tanto a mobilidade como a migração têm confrontado os sistemas de ensino para que estes tenham na sua génese uma maior abertura à diversidade, fazendo com que a educação se tenha vindo a tornar um agente de mudança social:

“Este processo é essencial para que a escola das oportunidades não se transforme numa fábrica de desigualdades. O efeito final desta cadeia será uma educação reprodutora de desigualdades (ou uma ausência de educação), a impossibilidade de integrar o mercado de trabalho cada vez mais competitivo, ou então a precariedade laboral, que se traduz na exclusão da fundação da integração– os direitos e exercício da cidadania para a promoção da coesão social” (Simão, 2021: p.14).

Diferença cultural

Como se encontra estabelecido no artigo primeiro da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural elaborada pela UNESCO, entende-se que:

“A cultura assume diversas formas ao longo do tempo e do espaço. Esta diversidade está inscrita no carácter único e na pluralidade das

identidades dos grupos e das sociedades que formam a Humanidade”
(UNESO, 2001).

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000), a entidade e diferença são interdependentes pois a entidade assenta no assumir “aquilo que se é “e a diferença na percepção que se tem em relação ao outro – “aquilo que o outro é”. Neste contexto, o primeiro artigo referenciado em epígrafe aborda a relevância do contacto entre as várias culturas; sendo complementado pelo seguinte artigo que realça a importância da existência de políticas de inclusão e participação que garantem a “coesão social, de vitalidade da sociedade civil e de paz.”

O artigo 4 institui, ainda, que a diversidade não torna justificável o desrespeito a um direito que deveria ser inquestionável e universal – Os direitos humanos e liberdades fundamentais. Contudo, nem sempre o mesmo se verifica uma vez que ainda se assiste ao ato de discriminação e marginalização às designadas minorias (Martins, 2015).

Construção do modelo de análise

A principal função do modelo de análise consiste na extensão da reflexão do conteúdo através do estudo e do cruzamento de vários autores bem como das suas contribuições para dar resposta à pergunta de partida.

Neste contexto, o investigador deve partir da informação que reuniu, seleccionar o que pensa ser mais útil para dar resposta à sua investigação e, posteriormente, traduzi-la de forma a delimitar o conteúdo bem como o processo de estudo. Em suma, o modelo de análise funciona como uma ponte entre a problemática e o processo de esclarecimento da mesma:

“Constitui a charneira entre a problemática fixada pelo investigador; por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro” (Quivy & Campenhoudt, 1998: p. 209).

Partindo da questão de partida que elaborámos, o modelo de análise da nossa investigação será organizado da seguinte forma:

Tabela 4.1. Conceitos, dimensões e indicadores do modelo de análise

Conceitos – Base:
- Meio Escolar,
- Integração,
- Refugiados
Dimensões:
- Aprendizagem da Língua Portuguesa Não Materna
- Diferença cultural
- Acompanhamento das crianças refugiadas em meio escolar (incluindo as crianças não-acompanhadas)
Indicadores:
- Expectativas sobre o ingresso escolar
- Dificuldades sentidas na adaptação inicial
- Meios facilitadores da integração

A nossa investigação tem como base o esclarecimento dos conceitos de Meio Escolar, Integração e Refugiados e alguns sub-conceitos associados (todos estes conceitos encontram-se explicitados no segundo capítulo do presente documento – Contextualização/ Revisão da Literatura). Assim, pretendemos compreender de que forma é feita a integração das crianças refugiadas em contexto escolar particularmente o seu acompanhamento e ainda os desafios inerentes às diferenças linguísticas e culturais. Estes dados serão recolhidos através da revisão da literatura relativa ao tema e dos inquéritos por entrevista.

Metodologia

Definição dos métodos e técnicas a utilizar

A observação compõe uma das etapas de um projeto de investigação. Muitas vezes designada por “trabalho de campo”, corresponde à recolha e análise de informação através de métodos específicos como forma a testar as hipóteses. Estes métodos podem então agruparem-se em três: quantitativos, qualitativos e mistos. Assim, de forma a cumprir o critério do rigor no processo de investigação, esta etapa *“pode estruturar-se em torno de três perguntas às quais o investigador tem de responder antes de avançar para o terreno ou para a recolha de dados: Observar o quê? Em quem? Como?”* (Campenhoudt et al., 2017: p. 220).

Neste âmbito, para o nosso projeto de investigação, optámos pela utilização do método qualitativo. Este justifica-se por se aplicar a populações restritas, em períodos e locais singulares - crianças refugiadas no ensino básico português - e observação de situações reais, uma vez que se adquire dados diretamente junto das pessoas envolvidas na investigação através de questões abertas. Tal permite-nos obter informações mais detalhadas tendo em conta as particularidades de cada caso. Assim, optámos pela observação indireta, recorrendo à inquirição, por meio de uma entrevista, aos indivíduos que constituem a população de refugiados menores em Portugal, que se encontram a frequentar o ensino básico e ao corpo docente das escolas selecionadas (Campenhoudt et al., 2017).

Posto isto, recorreremos à entrevista semidiretiva. Esta é caracterizada por, apesar da existência de um guião orientador, se dar a abertura ao entrevistado/inquirido para desenvolver a sua resposta em função do seu pensamento e sentimentos (Albarello et al, 1997). Esta flexibilidade, por um lado, pode trazer benefícios para a investigação, uma vez que nos podem dar mais informações relevantes para esta que *a priori* não tinham sido ponderadas. Em contrapartida, quando o mesmo não se verifica e o entrevistado se desvia do

foco central da entrevista, é crucial que o entrevistador consiga reorientar a mesma.

Identificação e justificação da população e da amostra

Para a investigação é necessário identificar tanto a população como a amostra. A população consiste num conjunto de subgrupos onde, nestes, se inclui a amostra. Neste caso, a população a observar diz respeito aos refugiados menores atualmente residentes em Portugal e que se encontram a frequentar o ensino básico das escolas do concelho de Sintra.

Este concelho foi selecionado por ser, em 2019, e de acordo com os dados estatísticos, o segundo mais populoso do país. Sendo que 62.896 munícipes têm menos de 15 anos e 44.656 têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos (CMS, 2022). Segundo os dados da Rede Escolar disponibilizados pela Câmara Municipal de Sintra, encontrámos no concelho um total de 131 escolas básicas públicas (1º, e 2º, 3º Ciclo) que se encontram distribuídas por várias freguesias do concelho. Destas escolas, recorreremos à técnica de amostragem aleatória simples a fim de selecionar apenas 65 escolas para a presente investigação (CMS, 2022). Neste seguimento, foram elaborados contactos via email com as escolas selecionadas, com o objetivo de perceber qual o número de alunos refugiados. Simultaneamente, foi explicado o nosso projeto e pediu-se a colaboração do conselho diretivo para transmitir a informação ao conselho docente e não docente assim como aos alunos, quando reúnem os requisitos para a inquirição, e respetivos encarregados de educação ou representantes legais, quando menores.

Entrevista

A entrevista pauta-se por um contacto com o outro, a designada interação humana. Assim, neste contexto assenta na comunicação. A pouca intervenção do entrevistador dá, aqueles que são objetos do estudo, a abertura necessária para retirar da entrevista informações úteis e bastante pormenorizadas – “*estes*

processos permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Campenhoudt et al., 2017: p. 260). Este facto deriva da possibilidade dos entrevistados poderem partilhar com o investigador as suas experiências e como estes se sentem perante as mesmas. Muitos defendem que este afastamento da objetividade da investigação permite *“que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade”* (Campenhoudt et al., 2017: p. 260). Neste ponto de vista, é segundo os autores, fundamental que o investigador seja cumpridor com aquele que é o *“espírito teórico do investigador”*. Deve estar, por isso, o mais atento possível *“de modo que as suas intervenções tragam elementos de análise tão fecundos quanto possível”* (Campenhoudt et al., 2017: p. 261).

Este método é especialmente utilizado quando a investigação tem como objetivo:

- Analisar o sentido que o objeto de estudo atribui à sua experiência;
- Analisar um problema específico enquadrando aqueles que são “os dados do problema, os pontos de vista presentes, o que está em jogo, os sistemas de relações, o funcionamento de uma organização, etc. (Campenhoudt et al., 2017: p. 263).
- Analisar a trajetória de vida e as suas conseqüentes dimensões sociais e individuais;
- A reconstituição de uma dada experiência/acontecimento passado.

A esta investigação encontra-se associada a necessidade de o investigador analisar o conteúdo que recolheu através da entrevista. Como referido em epígrafe, a entrevista assenta no recolher de o máximo de informação possível, pelo que o investigador deve dar resposta *“às exigências de explicitação, de estabilidade e de intersubjetividade dos processos”* (Campenhoudt et al., 2017: p. 265). Assim, quanto maior for a formação do investigador, nomeadamente a sua *“lucidez epistemológica e a sua experiência”* melhor preparado está para a recolha de informações importantes que serão, posteriormente, alvo de análise e reflexão.

Esta formação assenta, segundo Campenhoudt et al., (2017), no “conhecimento teórico e prático elementar dos processos de comunicação e de interação interindividual (psicologia social)” e ainda na “formação teórica e prática nas técnicas de entrevista” (p. 266).

Para a realização da entrevista é fundamental adquirir o consentimento por parte do entrevistado. Assim, é fornecido um documento intitulado por ‘Consentimento Informado’ onde é esclarecido o objetivo do estudo, o porquê do seu contributo ser importante e a duração da entrevista. É importante lembrar ao entrevistado que a sua participação é confidencial e voluntária. No caso de o entrevistado ser menor, é necessário a autorização ser assinada pelo seu encarregado de educação/representante legal. Por fim, neste mesmo documento, estarão indicados o nome e o endereço de email do/a investigador/a, para o caso de o entrevistado necessitar de esclarecer ou partilhar algo.

De forma a dar resposta ao acima mencionado, elaborou-se a seguinte tabela de modo a agrupar e sintetizar as ideias a abordar na entrevista bem como a quem estas serão dirigidas (entrevistados). Um esboço do guião de entrevistas pode ser encontrado no Anexo 4.1.

Tabela 4.2. Tópicos a abordar nas entrevistas

	Crianças	Docentes e Não Docentes
Expectativas sobre o ingresso escolar	- Sentimentos/emoções ao entrar na escola - Opinião acerca da escola, do corpo docente e não docente e colegas	-----

		- Barreira Cultural e Linguística
Dificuldades sentidas na adaptação inicial	- Barreira cultural e linguística	- Relação com as crianças e suas famílias - Envolvimento das crianças e suas famílias no contexto escolar
		- Técnicas e estratégias pedagógicas
Meios facilitadores da integração	- Apoio do corpo docente e não docente; acolhimento por parte dos colegas - Atividades promotoras do contacto com a cultura de origem - Atividades extracurriculares	- Levantamento e avaliação dos recursos fornecidos pelas próprias escolas e pelo sistema educativo português - Sugestões acerca da integração

Resultados esperados/Discussão

Durante a presente investigação, surgiram expectativas face aos resultados das entrevistas. Considerámos que a integração poderia ser dificultada por diversos fatores, tais como:

- Dificuldade de aprendizagem da língua portuguesa – Esta prende-se, essencialmente, com a complexidade da língua portuguesa e com a disparidade da origem da base linguística.
- Diferença Cultural – ausência de instrução e conhecimento sobre como lidar com a diversidade e diferença cultural que dificultam o processo de integração da criança e da sua família.
- Estado Psicológico – traumas, violência, sentem-se desamparados quando chegam sozinhos, não têm oportunidade de ter um desenvolvimento integral enquanto criança pois terão de assumir

“papéis de adulto” mais cedo, em virtude da situação em que se encontram.

- Escassez de recursos para garantir o devido acompanhamento – ausência de formação do corpo docente e não docente para o seguimento de uma intervenção psicossocial, a prevalência de uma base de dados precária e a falta de atividades que promovam a aproximação cultural dos alunos.

Esta investigação permitirá detetar as lacunas presentes no sistema de ensino e, dessa forma, servirá como ferramenta para colmatar as mesmas. Posteriormente, este trabalho de campo poderá ser tomado como um ponto de referência para, futuramente, avaliar o contributo do estudo no sentido de perceber se o mencionado em epígrafe foi solucionado, se não se verificaram mudanças encontrando-se, deste modo, estagnado, ou se regrediu. Estando, ainda, o tempo de comparação por definir.

Referências

- ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (1994). *Refugee Children: Guidelines on Protection and Care*. ACNUR.
- ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2022, novembro) *Convenção Relativa aos Refugiados -1951* https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdfCMS - Câmara Municipal de Sintra (CMS) (2022, novembro.). *Indicadores Sociais* através de www.sintra2030.pt/indicadoressociais.
- Albarello, L., Digneffe, F. Hiernaux, J., Maroy, C. Danielle, R., & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Almeida, J. F. (1993). Integração social e exclusão social: algumas questões. *Análise Social*, 28 (123-124), 829-843.
- Almeida, J. F., Machado, F. L., Capucha, L., & Torres, A. C. (1994). *Introdução à Sociologia*. Universidade Aberta

- Bolas, M. T. C. (2012). Crianças e Jovens Refugiados em Portugal - Percursos de Integração [Relatório de Estágio para obtenção do grau de Mestre, FCSH –Universidade NOVA de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/9278>.
- Camphenoudt, V. L., Marquet, J., & Quivy, R. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Carlson, B. E., Cacciatori, J., & Klimek, B. (2012). A risk and resilience perspective on unaccompanied refugee minors. *Social work*, 57(3), 259-269.
- Castles, S., Korac, M., Vasta, E., Vertovec, S., Hansing, K., Moore, F., ... & Yu, S. (2002). Mapping the Field: Report of a Project carried out by the University of Oxford Centre for Migration and policy Research and Refugee Studies Centre contracted by the Home Office Immigration Research and Statistics Service (IRSS). Home Office Online Report 29/03. Home Office.
- Castles, Stephen (2006). Global Perspectives on Forced Migration. *Asian and Pacific Migration Journal*, 15 (1), 7– 28.
- Castro, A., & Marques, D.S. (2008). A Integração dos Imigrantes de Leste em Portugal. Contributos para a sua análise. *Cidades – Comunidades e Territórios*, (17), 64-80.
- Cristo, A. H. (2013). *Escolas para o século XXI: Liberdade e autonomia na educação*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- ECRE - European Council on Refugees and Exiles (novembro, 2002). *Position on the Integration of Refugees in Europe*. <http://www.ecre.org/topics/areas-of-work/integration/179.html>.
- Ensor, M. O. & Goździak E. M. (2016). “Introduction: Durable Solutions During Transient Years” In *Children and Forced Migration: Durable Solutions During Transient Years*. Palgrave-Macmillan.
- Hart, J. (2014). “Children and Forced Migration”, em E. Fiddian-Qasmiyeh, G. Loescher, K. Long e N. Sigona (Eds.) (2014), *The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies*. Oxford University Press.
- Martins, D, C. I. (2015). Políticas de Imigração e Integração: Intervenção do Serviço Social. *Intervenção Social*, (46), 57-75
- Pires, R. P. (2003). Migrações e integração: teoria e aplicações à sociedade portuguesa. Celta.
- Quivy, R. & Camphenoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2ª ed.). Gradiva
- Roberto, S. & Moleiro, C. (2021). *De Menor a Maior: Acolhimento e autonomia de vida em menores não acompanhados*. Estudos OM nº 69. Alto Comissário para as Migrações.

- Santos, A. T. F. I. M. (2012). *Experiências na Integração: Percursos de Integração da Refugiados na Área Metropolitana de Lisboa*. [Dissertação de Mestrado, ISCTE]. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7811>.
- Silva, T. T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. Em Silva, T. T. (org.). Stuart, H., Woodward, K. *Identidade e Diferença: A perspetiva dos Estados Culturais*. pp. 73-102). Editora Vozes.
- Simão, M. R. (2021). *A educação no caminho do asilo: a resposta dos sistemas de ensino na integração das crianças refugiadas na Alemanha, França e Portugal*. [Dissertação de Mestrado, ISCTE]. <http://hdl.handle.net/10071/24333>.
- UNESCO (2001). *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Através de <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-diversidadecultural.pdf>
- UNESCO (2020) *Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and education: All means all*. Paris, UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373718>
- UNHCR (1997), *Guidelines on Policies and Procedures in dealing with Unaccompanied Children Seeking Asylum*. The Commissioner.

Receção dos jovens ucranianos em Lisboa

Júlia Cardoso, Mariana Cunha, Maria João Curto e Marta Mestre

Introdução

O presente trabalho tem como principal objetivo estudar a problemática dos refugiados em Portugal e projetar uma investigação para explorar este tema. Face ao proposto, o grupo de trabalho procurou refletir sobre a questão da integração dos jovens ucranianos refugiados nas escolas públicas portuguesas de Lisboa, após o início da invasão russa à Ucrânia em fevereiro de 2022. Focámo-nos nos jovens refugiados ucranianos entre 10 a 17 anos para que consigamos estudar os alunos do ensino básico e secundário das instituições de ensino porém, a partir da visão do professor. A escolha desta população será desenvolvida no decorrer do trabalho, bem como a contextualização, o método de investigação escolhido, a amostra e sua amostragem, as ferramentas para a recolha de dados e, por fim, as reflexões sobre os possíveis resultados para este estudo.

As etapas do processo de investigação possuíram como base os três atos de procedimento estudados na unidade curricular: a rutura, a construção e a verificação. Sabendo, à partida, que uma das questões fundamentais para garantir uma boa e plena integração será promover a aposta na educação e formação dos jovens que chegam da Ucrânia em situação de grande fragilidade, construímos a nossa pergunta de partida:

Para os professores, de que forma é realizada a integração de jovens ucranianos nas escolas em Lisboa (Portugal)?

Temos como objetivo analisar a integração dos mesmos nas escolas de Lisboa e observar a adaptação dos professores face à chegada de alunos ucranianos, e sabemos que o tema da integração possui diversas vertentes. Portanto, decidimos construir a problemática a partir das dimensões e dificuldades dos alunos, às quais gostaríamos de estudar junto do professor e sua visão sobre tais aspetos. No final, a nossa problemática consolidou-se na integração dos jovens ucranianos a nível linguístico, social e psicológica/emocional.

Contextualização/Revisão da literatura

A atual guerra na Europa, iniciada com a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022, traz consigo o flagelo e chacina da violação dos Direitos Humanos e das liberdades individuais, afetando direta ou indiretamente todos os países. Na atual conjuntura que se vive na Ucrânia, está a registar-se um aumento significativo de pessoas que abandona o país, sendo as mulheres e as crianças, as que mais procuram refúgio e auxílio em maior número, em países que têm as suas fronteiras abertas para prestar acolhimento, como é o caso de Portugal.

Neste sentido, foram sendo implementadas medidas de apoio à população Ucraniana, sendo aprovada a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 29-A/2022, de 1 de março, alterada pela RCM n.º 29-D/2022, de 11 de março, que vem estabelecer os critérios específicos da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas deste país, com “o objetivo de promover a integração de crianças e jovens deslocados da Ucrânia e beneficiários de proteção temporária ou proteção internacional, abrangidos pela escolaridade obrigatória, no sistema educativo português” (DGE, 2022a, 2022b).

A atual situação de conflito, faz-nos pensar e refletir na responsabilidade de cada um de nós e de cada um dos países para que num futuro próximo, possamos dar

por terminada esta guerra, que a todos preocupa e afeta. A par destas questões, entendemos que o maior foco deverá ser a promoção dos *“direitos humanos (...), independentemente da sua raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, liberdade de opinião e expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros. Todos têm direito a estes direitos, sem discriminação”* (Nações Unidas, 2022).

O Mundo precisa de unir esforços para encontrar respostas e criar políticas de proteção e assistência dadas aos refugiados, salvaguardando os direitos humanos e promovendo a sua integração como novos cidadãos nos seus países de acolhimento. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR2022), estima que, em 2014, aproximadamente 60 milhões de pessoas de todo o mundo foram forçadas a deslocar-se dos seus locais de residência por motivos de guerra em seus países.

Konle-Seidl & Bolits (2016) e Santinho (2011), expressam que os países de acolhimento devem providenciar e garantir aos refugiados que solicitarem proteção e cidadania por motivos humanitários, o acesso aos recursos e serviços considerados essenciais para a sua integração na sociedade, em igualdade de condições com os restantes cidadãos da sociedade recetora.

O Alto Comissariado para as Migrações defende *“A proteção dos refugiados envolve a garantia (...) de medidas que garantam que os seus direitos humanos básicos sejam respeitados, a fim de permitir-lhes viver com segurança e dignidade e encontrar uma solução a longo prazo. São os Estados que possuem a responsabilidade primordial desta proteção”* (ACNUR, 2022).

Face ao referido anteriormente, e tendo em conta a população que chega aos países de acolhimento, a instituição escolar assume um papel primordial no processo de integração, pois a aquisição da linguagem é considerada como um dos fatores mais importantes neste processo. Segundo Ager & Strang (2008), a alfabetização e o ensino da língua do país de acolhimento constituem-se como a chave de sucesso para garantir a integração, pois, o seu domínio permite o acesso

a oportunidades sociais, económicas e educacionais. Sendo assim, a instituição escolar assume a responsabilidade de promover a inclusão de seus alunos imigrantes, adequando-se ao contexto da diferença cultural e valorizando o convívio plural, assim como, compreendendo a sua responsabilidade social. A compreensão dessa responsabilidade é fulcral para atingir os objetivos a fim de garantir as ferramentas necessárias para a autonomia das crianças e jovens. Isso somente será possível por meio do contato com esses alunos, procurando conhecer algumas das suas necessidades e, também, até que ponto suas expectativas são atendidas.

O resultado desta interação, entre as instituições e os alunos refugiados, implica que ambos os intervenientes, tanto os jovens e crianças como a sociedade de acolhimento, reúnam esforços para o alcance e sucesso da integração. Ager & Strang (2008) definem que, neste sentido, o recém-chegado deve adaptar-se ao estilo de vida da sociedade que o acolhe, sem que isto exija o abandono da sua própria identidade cultural e dos seus valores. Por sua vez, a sociedade deverá incluir quem chega, adaptar as instituições públicas às suas necessidades e permitir o acesso equitativo a oportunidades. Estes processos não são estáticos, ao contrário, são dinâmicos, contínuos e de longa duração, e iniciam-se aquando da chegada do indivíduo ao novo território.

A integração deverá envolver não apenas as condições para a participação dos que chegam nos diferentes domínios da vida (económico, social, cultural, cívico e político), mas a adoção, por parte destes, de um papel ativo como agentes da sua comunidade, permitindo, assim, a participação real nestes domínios. Ager & Strang (2008) confirmam que este processo envolve o desenvolvimento de um sentimento de pertença à nova comunidade que, por sua vez, permite que o refugiado se sinta seguro e aceite.

De acordo com Filipe (2022), em 2022 encontram-se 719 crianças inscritas no pré-escolar, 2.942 no ensino básico e 715 jovens no ensino secundário, sendo que o município com mais crianças matriculadas é Lisboa com cerca de 315, de

seguida Cascais com 290, Sintra com 170, Albufeira com 149 e por fim Portimão, com 144.

Assim sendo, a nossa pesquisa teve como finalidade perceber o processo de integração nas escolas portuguesas de crianças e jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 17 anos, recém-chegados a Portugal, vindos da guerra da Ucrânia. Propusemos como objetivos:

1. Analisar a integração de jovens refugiados ucranianos em escolas de Lisboa, na perspetiva do professor;
2. Observar a adaptação dos professores face à chegada de alunos ucranianos

Para atingir os objetivos identificados, estruturamos um modelo de análise tendo como conceito base a integração. A partir deste, identificámos as dimensões linguística, social e psicológica, temas os quais queremos abordar e que irão nos guiar durante todo o estudo. Dentro da dimensão da linguística, temos os indicadores, aqueles que irão nos encaminhar para o que queremos identificar ao final do estudo. Estes são: Apoio do professor para diminuir a barreira linguística; Adaptabilidade do professor; e Dificuldades dos alunos ucranianos. Na dimensão social, os indicadores são: Familiaridade dos alunos ucranianos, com o ambiente escolar; Colaboração dos alunos portugueses; e a Relação entre alunos portugueses e alunos ucranianos. Por fim, na dimensão psicológica, indicamos: Influência de possíveis fragilidades; Espaço seguro para o aluno; e Apoio do professor e relação com o aluno ucranianos.

Metodologia

Métodos e técnicas de investigação utilizados no estudo

Partindo da nossa pergunta de partida, tivemos de decidir qual seria o melhor método para respondê-la, consoante o tipo de respostas/resultados que

esperaríamos obter na nossa investigação, e considerámos que o mais adequado seria utilizar o método qualitativo/intensivo/estudo de casos.

“O método de estudo de casos consiste no exame intensivo, tanto na amplitude como em profundidade, e utilizando todas as técnicas disponíveis, de uma amostra particular, selecionada de acordo com determinado objetivo (ou, no máximo, de um certo número de unidades de amostragem), de um fenómeno social, ordenando os dados resultantes por forma a preservar o carácter unitário da amostra, tudo isto com a finalidade última de obter uma ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade” (Greenwood & Nunes, 1965, p. 331).

Este método torna-se essencial ao nosso estudo na medida que trabalharíamos com uma população mais restrita (docentes das escolas em Portugal, Lisboa) e recorreríamos à técnica de entrevistas, para obter respostas descritivas e detalhadas a partir de dados recolhidos diretamente dos indivíduos investigados. A preservação de cada caso estudado durante a investigação demonstrará, ao final, a existência ou não de um padrão na receção dos alunos ucranianos por parte dos professores, seja no seu carácter linguístico, social e/ou psicológico.

População e amostra

População: A nossa população consiste em professores de escolas públicas do Concelho de Lisboa, a lecionar o 2º e 3º ciclo. Escolhemos especificamente duas escolas, após observarmos quais instituições de ensino receberam alunos ucranianos: a Escola Básica Pedro de Santarém e a Escola Secundária Fernando Lopes Graça. Decidimos trabalhar apenas com as escolas públicas pois consideramos, após uma fase de pesquisas acerca do tema, haver mais informações sobre das instituições públicas do que das instituições privadas. O Ministro da Educação João Costa (como citado em Lusa, 2022), exprime que no

ensino público e privado “as escolas portuguesas já receberam 1.860 alunos ucranianos”. Cerca de 130 estudantes, deste total, estão integrados em escolas privadas.

Amostra: A nossa amostra são quatro professores de cada uma das escolas seleccionadas, ou seja, oito professores no total. Considerámos um bom número para obtermos as informações iniciais para responder à pergunta de partida definida para a este estudo.

Tendo em conta que a nossa investigação se baseia na integração dos jovens ucranianos nas escolas em Lisboa, poderíamos ter escolhido os alunos e não os professores como a nossa população e amostra. Porém, após discussões em equipa, chegámos à conclusão que ter os professores como objeto de estudo seria uma decisão mais estratégica. Primeiro, porque não teríamos o problema da barreira linguística na entrevista. Ao conversarmos com alunos ucranianos, provavelmente precisaríamos de um tradutor para uma melhor compreensão de suas respostas e aí poderíamos ter menor precisão nos dados recolhidos, o que dificultaria o processo de ligação entre entrevistador e entrevistado. “Uma grande distância cultural ou social entre o entrevistador e o entrevistado pode constituir um obstáculo” (Albarelo et al., 2011: p. 105). Segundo, porque achamos que os professores são uma via mais fácil para obtenção das informações devido a possível atenção captada pelo tema do estudo: “*A pessoa sente-se tocada, pensa que se trata de um assunto que é importante perguntar a opinião das pessoas, espera que o estudo provoque a mudança desejada...*” (Albarelo et al., 2011: p. 106). Além deste pormenor, conseguiríamos ter uma visão mais ampla e mais geral dos diversos alunos que frequentam as escolas, tendo por base suas relações interpessoais e dificuldades enfrentadas nas aulas. Configura uma oportunidade para observarmos a preparação dos professores e constituiu o segundo de nossos dois objetivos.

Amostragem: Para a seleção da amostra, foi utilizado um método de amostragem não probabilística por quotas. Uma amostra não probabilística ou por conveniência caracteriza-se, principalmente, pela ausência de uma lista do universo da população. Devido à incerteza acerca do acesso a uma lista de professores das escolas antes caracterizadas, é mais seguro e viável a determinação da amostra por este processo de amostragem. Da mesma forma, o universo não precisa estar completamente definido para o início do estudo por via deste método de amostragem, portanto enquadra-se na definição.

Em seguida, mostrou-se necessário que, ao menos, construíssemos variáveis estratégicas onde os professores possuísem contacto com alunos ucranianos nas suas turmas e possuísem uma experiência mínima de dois anos na área. Portanto, optámos por introduzir um sistema de quotas em que, a partir destes critérios pré-definidos, seleccionámos os indivíduos e, finalmente, concluímos a constituição da nossa amostra de professores.

Instrumento de recolha de dados

Na seleção do instrumento de recolha de dados utilizámos a documentação, a observação indireta e um sistema de inquirição por entrevistas.

A primeira etapa realizada apresenta-se no âmbito da documentação, na recolha de documentos e pesquisas bibliográficas, para perceber o cenário atual da chegada de estudantes ucranianos, dos dez aos dezassete anos, nas escolas portuguesas. Também procurámos, através das pesquisas, compreender quais os principais temas a serem investigados e que tornar-se-iam uma mais-valia ao sistema educativo português e a prática profissional dos professores.

A partir dos resultados encontrados, avaliámos qual seria o método de estudo mais vantajoso e percebemos que deveria basear-se em uma observação indireta do professor.

“No caso da observação indireta, o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada. Ao responder às perguntas, o sujeito

intervém na produção da informação” (Quivy & Campenhoudt, 1998: p. 164).

Como dentre os nossos objetivos principais é reconhecer a atuação dos professores junto dos alunos ucranianos, a intervenção do docente na recolha dos dados torna-se essencial.

Dentro da observação indireta, o instrumento de recolha de dados escolhido foi a formulação de um guião de entrevista semi-estruturado ou semi-directivo.

“Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. Mas não colocará necessariamente todas as perguntas pela ordem em que as anotou e sob a formulação prevista” (Quivy & Campenhoudt, 1998: p. 192).

Esta variante de entrevista proporciona um aprofundamento das questões e do próprio tema, além de ser mais confortável para o entrevistado devido à sua pouca rigidez. Considerámos que é importante dar liberdade aos entrevistados para responderem de acordo com a sua visão e experiência no assunto que estamos a estudar, por ser um tema extremamente atual, importante e relevante. As entrevistas serão realizadas presencialmente. Antes de iniciar a entrevista, apresentámos a declaração de consentimento ao professor (Anexo 5.1) e em seguida, aplicámos o guião de entrevista (também presente no Anexo 5.2). A primeira pergunta tem o intuito de ser “*icebreaker*”, para o entrevistado se sentir mais à vontade para falar com o entrevistador e, em seguida, há uma pergunta de contextualização, onde há três “*prompts*” para que o entrevistador guie o docente durante a sua resposta e este não se desvie dos temas que serão abordados futuramente. As perguntas restantes dividem-se nas três dimensões e elementos da problemática anteriormente citados.

Reflexão sobre os resultados do estudo

Com base nas entrevistas realizadas com os professores, iríamos procurar perceber como é realizada a integração dos estudantes ucranianos e como, pela visão dos docentes, estes jovens se adaptam ao novo ambiente escolar. No final do estudo, as investigadoras esperariam encontrar professores que necessitaram de se adaptaram rapidamente com as mudanças impostas no sistema de ensino e na relação entre professor e aluno; algo parecido com a pandemia do Covid-19 em 2020, onde os docentes necessitaram de mudar o modo como lecionavam para se alinharem com o estudo remoto dos alunos. Portanto seria esperado encontrar professores ainda pouco preparados para lidar com os alunos ucranianos, por exemplo, em relação à barreira linguística. A Associação dos Ucranianos (citado por Filipe, 2022) expressa que a língua e a cultura são as principais dificuldades dos alunos ucranianos nas escolas portuguesas. Desse modo, não esperaríamos um resultado diferente deste cenário. Entretanto, acreditamos que os jovens, com o passar dos meses, estariam receptivos e adeptos a conhecer mais do novo país, da nova cultura e do povo português.

Porém, constata-se que ainda há muitos alunos ucranianos fora das escolas.

“Não se trata de falta de estruturas para os acolher, mas, sim, de falta de apoio psicológico, para que percebam que é importante andar na escola, mesmo que seja temporariamente” (Pavlo Sadokha, Presidente da Associação dos Ucranianos em Portugal, citado por Filipe, 2022).

Associando a esta citação, os professores deveriam demonstrar que a escola é um ambiente seguro ao aluno e que o professor e a instituição estão ali para ajudá-lo. Entretanto, também seria necessário respeitar a esfera pessoal do aluno, nomeadamente quando há problemas psicológicos, tais como traumas associados a cenários da guerra, em que o professor não é adequado para

prestar auxílio. Teria de haver, em simultâneo, uma orientação aos alunos portugueses sobre a receção dos alunos ucranianos e como é importante fazerem o possível para que os recém-chegados se sintam há vontade.

Esperamos não ser homogêneo a quantidade de professores que estabelecem esta relação com o aluno ou que propõem uma conscientização aos jovens portugueses, evidenciando os problemas da integração que proporcionam os constrangimentos dos ucranianos.

Esta investigação poderá ter seguimento no futuro, através do estudo qualitativo que aqui propomos. A amostra poderá ser aumentada, e as entrevistas poderão ser realizadas com outras escolas, com maior duração do estudo, a fim de se perceber a evolução da relação dos professores com os alunos ucranianos e destes com a instituição e com seus colegas. Dessa forma, seria mais objetivo identificar os aspetos positivos e menos positivos do processo de receção dos alunos e conseqüentemente, e poder fazer leituras para ajudar o país a melhorar na integração destes indivíduos.

Com base na atualidade deste tema e de sua relevância para o bom funcionamento da nossa sociedade, procurámos, em suma, demonstrar a importância de ajudar, aceitar e respeitar a diferença e a história de cada um.

Referências

- ACNUR. (2022). *Quem Somos*. Através de <https://pacnur.org/pt/quem-somos>.
- Freitas, S. S., & Cavalcanti, C. (2022, março). Escolas públicas portuguesas estão "preparadas" para receber refugiados ucranianos. *JornalismoPortoNet*. Através de www.jpnp.up.pt.
- Ager, A., & Strang, A. (2008). Understanding integration: A conceptual framework. *Journal of refugee studies*, 21(2), 166-191.
- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, de, P. (2011). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (3.a ed). Gradiva.
- Filipe, S. (2022, dezembro, 10). Quase dez mil crianças ucranianas não foram à escola em Portugal. *Jornal de Notícias*. Através de

<https://www.jn.pt/nacional/quase-dez-mil-criancas-ucranianas-nao-foram-a-escola-em-portugal-15459269.html>.

Governo-República Portuguesa. (2022, março). *Escolas portuguesas estão preparadas para receber crianças da Ucrânia*. Através de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=escolas-portuguesas-estao-preparadas-para-receber-criancas-da-ucrania>.

Greenwood, E., & Nunes, S. F. de. M. (1965, julho). Métodos de investigação empírica em Sociologia. *Análise Social*, 3(11), 313-345.

Konle-Seidl, R., & Bolits, G. (2016). *Labour market integration of refugees: Strategies and good practices*. European Parliament. Directorate General for Internal Policies. Policy Department A: Economic and Scientific Policy.

Lusa. (2022, abril, 5). Colégios em Portugal já receberam mais de 130 alunos ucranianos. *Correio da Manhã*. Através de <https://www.cmjornal.pt/mais-cm/especiais/guerra-na-ucrania/detalhe/colegios-em-portugal-ja-receberam-mais-de-130-alunos-ucranianos>

Nações Unidas. (2022). *Direitos Humanos*. Através de <https://unric.org/pt/o-que-sao-os-direitos-humanos/>.

Quivy, R., & Campenhoudt, V. L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (2.a ed). Gradiva.

Reis, C. (2022, março, 23). Fugiram da Ucrânia e agora estudam em Benfica, onde vai nascer um centro de integração para refugiados. *A mensagem*. Através de <https://amensagem.pt/2022/03/23/ucrania-guerra-fugiram-portugal-refugiados-alunos-escola-benfica-centro-de-integracao/>.

Santinho, C. M. (2011). Refugiados e requerentes de asilo em Portugal: Contornos políticos no campo da saúde. [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/3512>

Legislação

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março. *Diário da República* n.º 42, 2º Suplemento, Série I. <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/29-a-2022-179802560>. [Estabelece os critérios específicos da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia, em consequência dos recentes conflitos armados vividos naquele país].

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-D/2022, de 11 de março. *Diário da República* n.º 50/2022, 1º Suplemento, Série I. <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/29-d-2022-180365447>. [Amplia o âmbito da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia, em consequência dos recentes conflitos armados vividos naquele país]

Anexos

Anexo 1.1 – Declaração de consentimento informado

Eu, _____, aceito participar de livre vontade no estudo da autoria (...), orientado por (...) no âmbito da (...). Foram-me explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo, que consistem em compreender como a aprendizagem da língua portuguesa, através das aulas do curso Português Língua de Acolhimento, contribuiu para o meu bem-estar. Assim, aceito participar numa entrevista de modo a explorar esse tópico, bem como autorizo a gravação do áudio desta, para fins de transcrição. Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim. Ao participar neste trabalho, estou a colaborar para melhorar o funcionamento das aulas de português para refugiados não sendo, contudo, acordado qualquer benefício direto ou indireto pela minha colaboração. Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo, a menos que eu o autorize por escrito.

Declaro ter compreendido os objetivos do que me foi proposto e explicado pelo/a investigador/a, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora, pelo que aceito nele participar.

Nome _____

Assinatura _____

Data ___/___/___

Anexo 1.2 – Guião de entrevista

Questões sociodemográficas: idade, sexo, grau de escolaridade; país de origem, tempo de residência em Portugal.

1. De um modo geral, como descreve a sua experiência com as aulas de português? (Frequência, duração, local, formador, modo de funcionamento das aulas)
2. Na sua opinião, que barreiras existem à aprendizagem da língua portuguesa, por refugiados sírios?
3. Na sua opinião, que facilitadores existem à aprendizagem da língua portuguesa, por refugiados sírios?
4. Em que medida sente que a formação se adapta às suas necessidades pessoais?
5. De que forma sente que a aprendizagem da língua portuguesa influencia o seu dia-a-dia? Se puder, ilustre com exemplos de situações.
6. Quando pensa em bem-estar psicológico, que palavras lhe ocorrem? Se possível, elabore sobre os motivos de cada escolha.
7. Tendo em conta os aspetos que referiu, em que medida sente que a aprendizagem da língua portuguesa contribuiu para o seu bem-estar psicológico?
8. Que estratégias poderiam ser usadas para melhorar as aulas de português que frequentou?

Anexo 2.1 – Declaração de consentimento informado

Caro(a) participante,

No âmbito do curso de Sociologia no Instituto Universitário de Lisboa ISCTE (Portugal), estamos a realizar uma investigação, cujo objetivo é apurar *o assédio moral no trabalho, na comunidade nepalesa em Odemira*, isto é, como é que a comunidade nepalesa, em Odemira, se integra no meio laboral e quais as condições de trabalho e de integração.

A sua participação é voluntária e envolverá a elaboração de uma entrevista, a qual será utilizada apenas no contexto desta investigação. Garante-se o total anonimato do material recolhido, do qual serão ocultadas todas as informações que permitam identificá-la.

O seu contributo é fundamental e permitirá alargar a compreensão do fenómeno em estudo.

Qualquer dúvida relativa à essa investigação poderá ser esclarecida pela investigadora através de correio eletrónico ou contacto telefónico: (email e número de contacto do entrevistador).

Agradecendo desde já a sua participação na realização deste estudo.

Nome do entrevistador(a)

Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido toda informação necessária.

Assinatura do(a) participante

Local e data

Anexo 2.2 – Guião de Entrevista

Bom dia/Boa tarde/ Boa noite. O meu nome é ..., sou estudante do curso de Sociologia no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Desde já agradecemos a sua disponibilidade e contributo dado a esta investigação.

Relembrando que estamos aqui presentes para a realização de uma entrevista no âmbito de uma investigação que visa compreender se existe assédio moral no local de trabalho, na comunidade nepalesa em Odemira. Informamos e pedimos o seu consentimento para que a mesma seja gravada apenas a partir de um gravador de voz e que caso se sinta desconfortável, o mesmo será desligado. Se existir dificuldade na interpretação das questões em português, as mesmas serão feitas em inglês.

Caracterização social

Primeiramente pedimos-lhe as seguintes informações:

- A.1. Idade
- A.2. Estado civil / N^o de filhos
- A.3. Escolaridade completa
- A.4. Profissão no país de origem

Prosseguimos agora para questões relacionadas com a sua vinda para Portugal:

- B.1. Como teve conhecimento da existência de trabalho em Portugal?
- B.2. Quais foram as informações acerca do trabalho que conseguiu obter?
- B.3. O que o levou a aceitar este trabalho?
- B.4. Que condições lhe foram propostas, ou seja, o que sabia sobre que tarefas ia desempenhar e em que condições iria viver?
- B.5. Essas condições verificam-se?
- B.6. Fez o percurso da vinda para Portugal sozinho?

Integração

- C.1. Quando chegou a Portugal, veio logo para Odemira?
- C.2. Como foi a sua integração aqui, já conhecia outras pessoas?
- C.3. Atualmente, vive com quantas pessoas?
- C.4. O ambiente doméstico é agradável, há entreaajuda?
- C.5. Está integrado na comunidade odemirense, ou passa os seus tempos livres com comunidades oriundas de outros países?
- C.6. Sente que foi bem acolhido em Odemira? E por quem?
- C.7. Sente-se integrado na cultura de Odemira, por exemplo já adquiriu alguma aprendizagem através de algum odemirense?
- C.8. Já foi alvo de discriminação? Caso a resposta seja afirmativa, com que frequência e em que contexto?

Prosseguimos agora para questões relacionadas com o seu trabalho:

- D.1. Qual o tipo de contrato de trabalho em vigor?
- D.2. Acha que a sua remuneração é compatível com as tarefas desempenhadas?
- D.3. A sua remuneração permite viver de modo confortável?
- D.4. Tem um bom ambiente de trabalho? Se não, porquê?
- D.5. Como é a sua relação com a sua chefia?
- D.6. Como é a sua relação com os seus colegas de trabalho?

Assédio moral (perguntar sempre o autor do ato de assédio)

- E.1. Já se sentiu triste devido a alguma injustiça que tenha sofrido?

Intimidação

- E.2. Sente que é alvo de situações de stress com o objetivo de o levar ao descontrolo?
- E.3. Sofre, frequentemente de ameaças de despedimento?

Perseguição profissional

E.4. A sua chefia valoriza o seu trabalho ou dizem-lhe, frequentemente, que as tarefas são de menor importância?

E.5. Dão-lhe prazos e objetivos impossíveis de atingir?

Humilhação pessoal

E.6. Já foi humilhado no seu ambiente laboral por, por exemplo, alguma característica física, psicológica, religião ou outra?

Isolamento social

E.7. Os seus colegas já impediram ou dificultaram o seu contacto com a sua chefia?

Anexo 3.1 – Inquérito por questionário (versão em português) (a versão em inglês foi também concebida)

Inquérito Condições de Trabalho de Refugiados

Este inquérito tem como objetivo recolher informação para a realização de um trabalho no âmbito da Licenciatura de Serviço Social no ISCTE-IUL.

Este inquérito por questionário está direcionado a refugiados trabalhadores na área de Lisboa e as questões têm como objetivo recolher informações acerca das condições de trabalho dos mesmos.

Os dados fornecidos são confidenciais e anónimos, sendo-lhe apenas atribuído um número de forma a relacionar os dois questionários que vai realizar e que serão exclusivamente utilizados para fins de investigação científica.

Pedimos-lhe que seja o mais rigoroso possível no seu preenchimento.

Agradecemos, desde já, o seu contributo!

Número: _____

Idade: _____

Nacionalidade: _____

Indique com um X a sua resposta a cada questão apresentada.

1. O seu ordenado mensal é igual ou superior ao atual ordenado mínimo de 705€?
 Sim
 Não

2. No seu local de trabalho é garantida uma ventilação adequada de todos os espaços e instalações?
 Sim, em todas.
 Por vezes/ em algumas.
 Não, em nenhuma.

3. No seu local de trabalho são garantidas condições térmicas adequadas às atividades realizadas?
 Sim, a temperatura é adequada.
 Por vezes a temperatura é adequada.
 Não, a temperatura não é adequada.

4. No seu local de trabalho são garantidas condições de iluminação ajustadas às tarefas?
 Sim, sempre.
 Por vezes.
 Não, nunca.

5. No seu local de trabalho é garantida uma limpeza das instalações e respetiva gestão de resíduos?
 Sim, o meu local de trabalho garante a limpeza.
 Por vezes o meu local de trabalho garante a limpeza.
 Não, o meu local de trabalho não garante limpeza.

6. No seu local de trabalho é garantida uma gestão, inspeção e manutenção de equipamentos de trabalho, redes e instalações?
 Sim, é garantida.

- Sim, mas não é garantida com a frequência necessária.
- Não é de todo garantida.
- Não sei.

7. No seu local de trabalho é garantido sistemas de detecção e de segurança contra incêndio?

- Sim, são garantidos.
- Não, não são garantidos.
- Não sei

8. No seu local de trabalho são garantidos meios e equipamentos de primeiros socorros e assistência em caso de acidente?

- Sim, são garantidos.
- Não, não são garantidos.
- Não sei.

9. No seu local de trabalho é garantida uma gestão e organização da emergência?

- Sim, o meu local de trabalho garante.
- Não, não é garantido.
- Não sei.

10. Sente que tem acesso às formações necessárias para desempenhar as suas funções de forma segura e eficaz?

- Sim, são-me dadas todas as formações necessárias.
- Não, foram-me dadas formações mas não sinto que tenho conhecimento suficiente para desempenhar as minhas funções de forma segura.
- Não, não-me foram dadas as formações necessárias.

11. No seu local de trabalho são garantidas instalações sanitárias, separadas por género, devidamente equipadas?

- Sim, são garantidas.
- Não, não são garantidas.

12. No seu local de trabalho são garantidos locais para guardar vestuário e pertences (vestiários equipados com cacifos), em particular quando a atividade a desenvolver implique a utilização de fardas e de Equipamento de Proteção Individual?

- Sim, é garantido mas não se usa farda e/ou equipamento de proteção individual.
- Sim, é garantido e usa-se farda e/ou equipamento de proteção individual.
- Não, não é garantido, mas não se usa farda e/ou equipamento de proteção individual.
- Não, não é garantido e usa-se farda e/ou equipamento de proteção individual.

13. No seu local de trabalho é garantido um local para a realização de refeições?

- Sim, é garantido.
- Não, não é garantido.

14. Quantas horas semanais tem por hábito trabalhar?

- Menos de 20 horas.
- Entre 20 e 40 horas.
- Entre 41 e 50 horas.
- Mais de 50 horas.

15. Quantas horas extra faz, em média, semanalmente?

- Menos de 3 horas.
- Entre 3 e 4 horas.
- Entre 4 e 5 horas.
- Mais de 5 horas.

16. O seu trabalho permite ausências pontuais e não tem consequências desproporcionais às mesmas?

- Sim, sinto-me seguro e confortável quando tenho de informar o meu local de trabalho de ausências e imprevistos.

- Em parte, não me sinto muito confortável e seguro quando tenho de informar o meu local de trabalho de ausências e imprevistos, mas nunca fui mal tratado em relação a tal.
- Não, não me sinto confortável ou seguro e a reação por parte dos meus superiores não é positiva quando tenho de informar o meu local de trabalho de ausências e imprevistos.

17. O seu local de trabalho permite-lhe tirar as férias a que tem direito (segundo a lei portuguesa no primeiro ano de trabalho tem direito a dois dias úteis de férias por cada mês de duração do contrato que podem ser usados após 6 meses de trabalho, até 20 dias e a partir daí o período anual de férias tem a duração mínima de 22 dias úteis)?

- Sim, tenho sempre acesso às férias estabelecidas por lei.
- Em parte, obtive acesso a férias mas não na quantidade estabelecida por lei.
- Não, nunca obtive acesso a férias.
- Ainda não atingi o mínimo de dias de trabalho para ter direito a férias.

18. Sente-se incluído com os seus colegas de trabalho independentemente de serem refugiados ou não?

- Sim, os meus colegas incluem-me e tratam-me como igual.
- Em parte, não há esforço para ser incluído nem para ser excluído.
- Não, sou ativamente excluído pelos meus colegas de trabalho.

19. Sente que é tratado da mesma forma que colegas portugueses por parte dos seus superiores?

- Sim, sou apoiado e bem recebido pelos meus superiores.
- Em parte, não me sinto muito apoiado por parte dos meus superiores mas também não considero que seja discriminado.
- Não, sinto-me discriminado por parte dos meus superiores e recebo um tratamento pior que os meus colegas portugueses.

Obrigado pela participação!

Anexo 4.1 – Guião de Entrevista⁷

As perguntas com (*) destinam-se apenas às crianças refugiadas que ingressam o ensino básico.

As perguntas com (**) destinam-se apenas ao Corpo Docente

As perguntas com (***) destinam-se apenas ao Corpo Não Docente

1. Aproximação/*Icebreaker* (*)

- Que idade tens?
- De que país vens?
- Há quanto tempo estás em Portugal?
- Vieste sozinho ou acompanhado? Se vieste acompanhado, por quem?
- Gostas de viver em Portugal?

2. Expectativas / Adaptação ao contexto escolar (*)

- O que sentiste ao saber que ias para uma escola? Sentiste-te seguro/a? Com medo?
- O que achas da tua escola?
- Achas que os teus professores se preocupam contigo e com os teus amigos de outros países?
- Achas a língua portuguesa fácil ou difícil de aprender?
- Gostas da tua turma? Conseguiu fazer amigos?

⁷ Algumas das questões do presente Guião de Entrevista tiveram como base relatório de estágio de Sara Bolas (2012), documento referenciado no capítulo 4.

- Já mostraste algo típico do teu país? Como por exemplo, uma palavra, uma música, um prato?
- Estás em alguma atividade na tua escola? Se sim, qual? Se não, porquê?
- Sentes te acolhido na tua escola?

3. Aproximação/*Icebreaker*

- Quando começou a sua atividade profissional?
- Qual acredita ser a sua relação com os alunos, docentes e não docentes na escola em que frequenta?
- No seu local de trabalho, é frequente o contacto com crianças refugiadas e as suas famílias?

4. Dificuldades observáveis na adaptação dos alunos ()**

- Quais são as dificuldades que observa na adaptação? Por exemplo, as diferenças culturais, os idiomas?
- Como professores, que relação estabelecem com a criança e com a sua família?
- Sente que tanto a criança como a família estão envolvidas na vida escolar?
- Tem conhecimento das crianças que não vêm acompanhadas e das instituições que as apoiam? Como avalia a relação entre instituições de resposta social e a escola, visto ambas constituírem meios de integração?

5. Dificuldades observáveis na adaptação dos alunos (*)**

- Quais são as dificuldades que observa na interação entre os alunos nos intervalos entre as aulas? Por exemplo, as diferenças culturais, os idiomas, as brincadeiras etc.?
- Como profissional do corpo não docente, que que relação estabelecem com a criança e com a sua família?
- Sente que tanto a criança como a família estão envolvidas na vida escolar?

6. Meios facilitadores da integração ()**

- Preocupa-se em se manter atualizado quanto às dinâmicas pedagógicas?
- Procura conhecer as especificidades de cada aluno as questões/hábitos culturais que para estes são importantes?
- Que estratégias utiliza nas suas aulas para contribuir para a integração das crianças refugiadas?
- Como avalia os recursos que lhe são fornecidos pela escola em que leciona e pelo sistema de ensino português, para trabalhar e garantir a integração das crianças?
- Mais concretamente, como põe em prática os recursos fornecidos e as técnicas pedagógicas que cria para a aprendizagem do português como língua não materna? Sente que inova as práticas de ensino de modo a torná-las mais dinâmicas?
- O que melhoraria na forma como são integradas?

7. Meios facilitadores da integração (*)**

- Como tenta contribuir para a integração das crianças refugiadas quando contacta com as mesmas?

- Como avalia as atividades, projetos ou outras iniciativas proporcionadas pela escola em que trabalha na integração das crianças? Como por exemplo, atividades que possibilitem o contacto entre todas as crianças e que, simultaneamente, promovam o contacto com a língua portuguesa e, também, com a diversidade cultural que cada aluno traz consigo para o meio escolar?
- O que melhoraria na forma como são integradas?

8. Perguntas Abertas

- Queres dizer algo mais? (*)
- Gostava de acrescentar algo mais? Alguma experiência em particular que gostasse de partilhar?

Anexo 5.1 – Declaração de consentimento informado

Excelentíssimo(a) participante,

No âmbito do curso de Serviço social, na cadeira de Métodos e Técnicas de Investigação em Ciências Sociais, decorrido no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), estamos a realizar uma investigação com os professores sobre a chegada dos alunos refugiados ucranianos. Tem como objetivo perceber como é feita a integração dos mesmos nas escolas portuguesas.

A investigação será feita através de entrevistas, por isso agradecemos desde já a sua participação e permita-me informar-lhe que esta entrevista será utilizada exclusivamente em contexto de estudo para a investigação. É mantido o total anonimato do material recolhido ao qual apenas a investigadora (e caso queira) o entrevistado terão acesso.

Para a recolha do material, será utilizado um gravador. Caso lhe suscite qualquer dúvida ou qualquer incómodo durante a entrevista poderá interromper a investigadora e perguntar/avisar o necessário.

Ao assinar, aceita participar deste estudo e declara ter percebido toda a informação necessária para a realização da entrevista.

Nome do Participante

Local e Data

Assinatura do Participante

Assinatura do Investigador

Anexo 5.2 – Guião de Entrevista

- Q1. Nos anos em que lecionou até hoje, já se tinha deparado com alunos refugiados da guerra anteriormente?
- Q2. Quais as principais dificuldades que sentiu para conseguir uma integração da criança na escola?
- Prompts da Q2:
- Barreira Linguística
 - Socialização
 - Questão Psicológica

Barreira linguística

- Q4. Em que situações a diferença linguística é mais evidente?
- Q5. Quais as ferramentas que utilizou para diminuir este contraste?
- Q6. Essas ferramentas foram eficazes para amenizar a barreira da língua?

Socialização

- Q7. Sente, por parte dos alunos ucranianos, um esforço por se tentarem integrar?
- Q8. Aos seus olhos, os alunos portugueses estão receptivos ao acolhimento dos alunos ucranianos?
- Q9. Rapidamente houve uma interligação entre os alunos portugueses e ucranianos? Ou foi um processo trabalhoso e mais demorado do que o esperado?

Questões psicológicas

- Q10. É notável, nos alunos ucranianos, algum tipo de abalo psicológico proveniente da atual guerra?
- Q11. Existe da sua parte uma abertura para que os alunos refugiados possam falar sobre as possíveis perturbações?
- Q12. Havendo essa abertura, existe algum tipo de acompanhamento personalizado nestes casos?

Agradecemos a sua participação.

